

# OPINIÕES DOCTRINÁRIAS

PARECERES  
DIREITO PÚBLICO 1

ARRUDA ALVIM

VOLUME

**I**

TOMO I

- Direito Constitucional
- Processo Constitucional
- Direito Administrativo

- Direito Tributário
- Arbitragem

THOMSON REUTERS

**REVISTA DOS  
TRIBUNAIS™**

*Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais*

**JULIANA MAYUMI ONO**

*Gerente de Conteúdo*

**MILISA CRISTINE ROMERA**

*Editorial:* Aline Marchesi da Silva, Diego Garcia Mendonça, Karolina de Albuquerque Araujo e Quenia Becker

*Gerente de Conteúdo Tax:* Vanessa Miranda de M. Pereira

*Direitos Autorais:* Viviane M. C. Carmezim

*Assistente de Conteúdo Editorial:* Juliana Menezes Drumond

*Analista de Projetos:* Camilla Dantara Ventura

*Estagiárias:* Ana Amalia Strojnowski, Bárbara Baraldi e Bruna Mestriner

*Produção Editorial*

*Coordenação*

**ANDRÉIA R. SCNEIDER NUNES CARVALHAES**

*Especialistas Editoriais:* Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

*Analista de Projetos:* Larissa Gonçalves de Moura

*Analistas de Operações Editoriais:* Alana Fagundes Valério, Caroline Vieira, Danielle Castro de Moraes, Mariana Plastino Andrade, Mayara Macioni Pinto, Patrícia Melhado Navarra e Vanessa Mafra

*Analistas de Qualidade Editorial:* Ana Paula Cavalcanti, Fernanda Lessa, Thaís Pereira e Victória Menezes Pereira

*Designer Editorial:* Lucas Kfourir

*Estagiárias:* Bianca Satie Abduch, Maria Carolina Ferreira, Sofia Mattos e Tainá Luz Carvalho

*Capa:* Linotec

*Líder de Inovações de Conteúdo para Print*

**CAMILLA FUREGATO DA SILVA**

*Equipe de Conteúdo Digital*

*Coordenação*

**MARCELLO ANTONIO MASTROROSA PEDRO**

*Analistas:* Gabriel George Martins, Jonatan Souza, Maria Cristina Lopes Araujo e Rodrigo Araujo

*Gerente de Operações e Produção Gráfica*

**MAURICIO ALVES MONTE**

*Analistas de Produção Gráfica:* Aline Ferrarezzi Regis e Jéssica Maria Ferreira Bueno

*Assistente de Produção Gráfica:* Ana Paula Evangelista

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

---

Arruda Alvim

Opiniões doutrinárias, volume I : pareceres : direito público I : tomo I /  
Arruda Alvim. -- São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2021.

Bibliografia.

ISBN 978-65-5614-835-9

1. Direito público 2. Direito público - Pareceres - Brasil 3. Pareceres jurídicos -  
Brasil I. Título.

21-56143

CDU-34(81)(094.98)

---

**Índice para catálogo sistemático:**

1. Direito público : Pareceres : Brasil 34(81)(094.98)

Cibele Maria Dias - Bibliotecária - CRB-8/9427

# SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	7
SOBRE O AUTOR.....	9
ESTRUTURA DA COLEÇÃO .....	11

## CAPÍTULO 1: PARECERES DIREITO CONSTITUCIONAL E PROCESSO CONSTITUCIONAL

1. Ação Popular e Coisa Julgada.....	29
I. Nota introdutória.....	29
II. Da ação popular nº AP/PA – proposta por “D.P.S.” e outro.....	36
III. Das dezenas de outras ações populares ajuizadas contra a inclusão da “C” S/A no Programa Nacional de Desestatização – PND .....	38
IV. Ações coletivas: importantes considerações.....	43
V. Coisa julgada nas ações coletivas.....	48
VI. Respostas aos quesitos.....	59
2. Ação civil pública: litispendência e tutela provisória.....	63
I. Nota introdutória.....	64
II. Síntese do caso.....	64
III. Inexistência de litispendência entre as ações civis públicas .....	66
3.1. A identificação da litispendência .....	66
3.2. Litispendência em ação civil pública.....	70

3.3.	Os elementos identificadores das demandas no caso concreto .....	71
3.3.1.	Partes.....	72
3.3.2.	Causas de pedir .....	73
3.3.3.	Pedidos.....	74
3.4.	As ações já extintas e a impossibilidade de sua influência sobre as ações civis públicas em curso.....	76
IV.	O serviço prestado pelo “V” e a atividade dos taxistas.....	78
4.1.	A natureza jurídica da atividade de transporte – serviço de utilidade pública.....	78
4.2.	O serviço desenvolvido por taxistas e empresas de táxi.....	81
4.3.	O serviço prestado pelo “V” .....	84
4.4.	Supostas diferenças entre táxis e “V” .....	85
V.	A necessária concessão de tutela liminar inibitória ....	92
5.1.	As manifestações favoráveis, nos autos, à concessão de medida de urgência.....	92
5.2.	As decisões liminares: países com sistema de autorização a táxis semelhante ao Brasil .....	94
5.3.	A tutela inibitória no caso .....	96
VI.	Respostas aos quesitos.....	99
3.	Reclamação constitucional e cognição de matéria infra-constitucional .....	107
I.	Da Consulta.....	108
II.	Da titularidade dos honorários de sucumbência.....	109
III.	Da decisão do Supremo Tribunal Federal .....	111
IV.	Da reclamação constitucional .....	112
4.1.	Reclamação constitucional enquanto ação.....	112

4.2.	Da competência do STF para conhecer de reclamação, ainda que a decisão tenha sido proferida pelo STJ .....	115
4.3.	Da ocorrência de violação à autoridade da decisão do STF – necessária cassação da decisão do STJ .....	117
V.	Respostas aos quesitos .....	121
4.	Reclamação constitucional e cumprimento de sentença...	123
I.	Nota introdutória .....	124
II.	Do objeto da consulta .....	124
2.1.	Breve síntese da consulta formulada e das conclusões .....	124
III.	Do parecer .....	128
3.1.	Da natureza jurídica da reclamação constitucional .....	128
3.2.	Do objeto da Reclamação nº “R” – Das decisões alegadamente violadas .....	131
3.2.1.	Do objeto da reclamação – Do não cabimento da reclamação em relação à verba denominada de “execução ilegal” – A inviabilidade de a decisão da reclamação alcançar a verba denominada de “execução ilegal” em razão da ausência de prévia decisão do Superior Tribunal de Justiça a seu respeito .....	133
3.2.2.	Do objeto da reclamação: a decisão monocrática extra petita – A ausência de pedido na reclamação relacionado à verba denominada “execução ilegal” ...	140
3.3.	Do não cabimento de reclamação enquanto não finalizado o julgamento dos Embargos de Declaração opostos em face da decisão reclamada .....	141

3.4.	Da preclusão da impugnação da decisão de liquidação e da inviabilidade do manejo da reclamação.....	144
3.5.	Do interesse de agir do autor da reclamação...	147
3.6.	Da inocorrência de violação à autoridade das decisões proferidas pelo Superior Tribunal de Justiça no julgamento do REsp 1.284.035/MS, bem como da Reclamação 18.565/MS.....	152
3.6.1.	Da inexistência de determinação prévia de realização da liquidação: uma interpretação dos acórdãos proferidos no REsp 1.284.035/MS e na Reclamação nº 18.565/MS.....	152
3.6.2.	Da inexistência de violação à autoridade de decisão do Superior Tribunal de Justiça.....	161
3.6.3.	Da inexistência de violação em relação à verba denominada “execução ilegal” .....	164
IV.	Resposta aos quesitos.....	165
V.	Conclusão.....	168
5.	Inconstitucionalidade da regulamentação do limite remuneratório previsto no art. 37, inc. XI, §§ 9º e 11, do Projeto de Lei 6.726/2016 da Câmara dos Deputados (449/2016 do Senado Federal) .....	171
I.	Nota introdutória.....	172
II.	Síntese da consulta.....	172
III.	O controle de constitucionalidade prévio em relação ao Projeto de Lei 6.726/2016 da Câmara dos Deputados (449/2016 do Senado Federal) .....	177
3.1.	A inconstitucionalidade formal .....	179
3.2.	A inconstitucionalidade material .....	183

IV.	A irretroatividade normativa como proteção constitucional ao direito adquirido e ao ato jurídico perfeito .....	201
V.	Conclusão.....	206
6.	Inconstitucionalidade do artigo 11 da Lei 11.442/2007 por violação à proporcionalidade, à isonomia e à livre iniciativa .....	211
I.	Nota Introdutória.....	211
II.	A consulta.....	212
III.	O parecer .....	215
IV.	Conclusões .....	234

## CAPÍTULO 2: PARECERES DIREITO ADMINISTRATIVO

7.	Ação de desapropriação indireta: requisitos e valor da indenização.....	241
I.	Nota Introdutória.....	242
II.	Breve histórico da consulta.....	242
III.	A necessidade de isonomia no tratamento dos particulares.....	245
3.1.	Isonomia como vetor de atuação da Administração Pública.....	246
3.2.	Necessidade de tratamento isonômico entre desapropriados direta e indiretamente - o depósito liminar da indenização devida.....	248
IV.	O apossamento irregular no caso concreto .....	251
4.1.	Equiparação entre o esbulho cometido pelo Estado e a imissão provisória na posse .....	251
4.2.	O apossamento configurado pela edição do Decreto n. "X"/2010.....	253

4.3. Parque Estadual - natureza jurídica e necessidade de desapropriação.....	256
V. Desapropriação e necessidade de indenização justa e prévia .....	257
5.1. Desapropriação - natureza jurídica e procedimento.....	258
5.2. Desapropriação indireta e indenização requerida pelo proprietário .....	261
VI. A indenização justa no caso concreto.....	262

### CAPÍTULO 3: PARECERES DIREITO TRIBUTÁRIO

8. Mandado de Segurança, Coisa Julgada e Relação Jurídica Continuativa Tributária: as consequências da incorporação empresarial .....	269
I. Nota Introdutória.....	270
II. Relato da consulta .....	270
III. Nosso Parecer.....	272
3.1. Da inequívoca incidência dos efeitos da sentença e da coisa julgada à Empresa Sucessora, “CDG” .....	272
3.2. Dos limites do julgamento no Mandado de Segurança nº XYZ: ação declaratória sobre relação de trato continuado .....	281
IV. Respostas aos Questionamentos da Consulente.....	289
9. Impossibilidade de responsabilização tributária solidária sem prévio contraditório administrativo .....	295
I. Nota introdutória.....	295
II. Síntese do caso e objetivos da consulta .....	296
2.1. O objetivo da Consulente: obtenção de certidões e discussão do débito tributário .....	296



2.2.	A cisão parcial que não permite responsabilização solidária integral.....	297
2.3.	A dificuldade da Consulente na emissão de CND ou CPEN e a decisão liminar favorável ....	299
2.4.	A sentença – premissas corretas e equívoco nas datas .....	300
III.	As datas dos fatos do caso e a correta aplicação da Lei 8.934/1994 .....	301
3.1.	Eficácia retroativa não se confunde com retroatividade da lei e atinge “atos materiais e processuais” .....	303
3.2.	A necessária atribuição de efeito suspensivo à sentença e repriminção da decisão liminar ....	306
IV.	Conclusão.....	307
10.	Impossibilidade de imposição, por lei estadual, da sujeição passiva do IPVA à instituição financeira que aliena o bem fiduciariamente .....	309
I.	Nota Introdutória.....	310
II.	Síntese da questão: a cobrança indevida de IPVA .....	310
III.	Preliminarmente: a competência estadual para legislar sobre IPVA.....	312
IV.	A diferença (e impossível confusão) entre propriedade plena e fiduciária .....	314
V.	A extensão da expressão "propriedade" para fins de incidência de IPVA.....	318
VI.	Violação ao art. 155, III, da Constituição: criação indevida de fato gerador.....	322
VII.	Violação ao art. 110 do CTN: a indevida redefinição do instituto da propriedade fiduciária pela legislação estadual .....	325
VIII.	Os arts. 1.367 e 1.368-B: fato superveniente que atinge a situação jurídica tributária .....	329

8.1.	Aplicação dos arts. 303, I, e 462 do CPC 1973 [equivalentes, em parte, aos arts. 342, I e 493 do CPC/2015] quanto à norma superveniente.....	330
8.2.	A regra meramente interpretativa e a situação jurídica tributária do caso .....	335
IX.	Conclusão: como a legislação estadual trata da matéria.....	338
9.1.	O fato gerador do IPVA na legislação estadual...	339
9.2.	O sujeito passivo de IPVA segundo a legislação estadual.....	340
11.	Inexistência de sucessão tributária e trabalhista na alienação de UPI de empresas em recuperação judicial.....	343
I.	Nota Introdutória.....	344
II.	Síntese do caso.....	344
2.1.	A decisão transitada em julgado.....	344
2.2.	A infundada tentativa de rediscussão da sucessão em execução fiscal.....	346
III.	O trespasse sem sucessão no caso concreto.....	346
3.1.	A razão de ser da inexistência de sucessão tributária e trabalhista na alienação de UPI de empresas em recuperação judicial.....	346
3.2.	O trespasse no caso concreto.....	350
IV.	A coisa julgada oponível ao Fisco.....	352
V.	Respostas aos quesitos.....	354
12.	Atualização pela Taxa SELIC a partir da vigência da Lei nº 9.703/98 de valores depositados em juízo para a suspensão da exigibilidade de tributos.....	359
I.	Nota Introdutória.....	359
II.	Síntese da consulta.....	360
III.	Da admissibilidade do recurso especial .....	362

IV.	Do provimento do recurso especial .....	365
V.	Efeitos da aplicação da taxa referencial (TR).....	379
VI.	Conclusão.....	384
13.	Violação à isonomia em decorrência de regime especial de parcelamento de débitos fiscais .....	387
I.	Nota Introdutória.....	388
II.	O contexto da demanda proposta .....	388
	2.1. Síntese da demanda.....	388
	2.2. A situação econômica atual e os reflexos nas empresas brasileiras .....	390
	2.3. A r. decisão liminar no caso, e a necessidade de sua reforma.....	393
III.	O necessário tratamento isonômico perante o Fisco.....	396
	3.1. O legislador e o aplicador da lei como destinatários da igualdade.....	396
	3.2. Parâmetros para a verificação do respeito ao princípio da igualdade .....	405
	3.2.1. A comparação entre sujeitos que se quer igualar/desigualar .....	406
	3.2.2. Critério utilizado para a desigualação a partir da lei.....	407
	3.2.3. Finalidade buscada com a desigualação .....	410
IV.	Conclusão: a necessidade de controle judicial das situações de desigualdade .....	414
	4.1. A atuação judicial no controle e na aplicação de atos legislativos .....	416
14.	Incorporação e abrangência da coisa julgada tributária ....	419
I.	Nota Introdutória.....	420

II.	Relato da consulta .....	420
III.	Nosso parecer.....	424
3.1.	Da sucessão e da abrangência subjetiva do título executivo: a inequívoca incidência dos efeitos da sentença e da coisa julgada às Empresas Sucessoras, “PP” e “FR” .....	424
3.2.	Do alcance objetivo do julgamento proferido na fase cognitiva (ação declaratória sobre relação de trato continuado – utilização do crédito até seu exaurimento) .....	432
IV.	Respostas aos Questionamentos da Consulente.....	441

#### CAPÍTULO 4: PARECERES PROCESSUAL CIVIL: ARBITRAGEM

15.	Anulação da sentença arbitral: vício de fundamentação em razão da falta de motivação específica no indeferimento de provas .....	449
I.	Nota introdutória .....	450
II.	Síntese do caso.....	450
2.1.	O objeto do procedimento arbitral.....	450
2.2.	A discussão técnica em torno da demanda .....	451
2.3.	O requerimento probatório da Consulente .....	452
2.4.	A r. sentença e sua falta de motivação.....	454
III.	Produção probatória e devido processo legal .....	456
3.1.	As provas são resultado do contraditório e devem ser indeferidas apenas em caráter excepcional .....	456
3.2.	O tratamento isonômico na análise probatória...	458
3.3.	O cerceamento de defesa decorrente do indeferimento de provas .....	460

IV.	Os vícios de fundamentação do caso em análise.....	462
4.1.	A importância da fundamentação no Estado Constitucional.....	462
4.2.	A necessidade de motivação específica no indeferimento de provas.....	464
4.3.	A completude da fundamentação-resposta .....	467
V.	Conclusão: a nulidade da decisão arbitral pelas falhas de fundamentação.....	471
16.	Anulação da sentença arbitral: parcialidade do árbitro e cerceamento de defesa .....	473
I.	Nota Introdutória.....	474
II.	O caso trazido à consulta .....	474
2.1.	A impugnação à dd. coárbitra.....	474
2.2.	O indeferimento de prova pericial requerida ...	477
<b>PRIMEIRA PARTE</b>		
III.	A imparcialidade como requisito dos árbitros.....	477
3.1.	Imparcialidade e independência dos árbitros...	478
3.2.	Equivalência jurisdicional da arbitragem para fins de pronúncia do direito.....	480
3.3.	O ponto central deste parecer: imparcialidade presumida em detrimento da impossível imparcialidade verificada.....	481
3.4.	A confiança das partes nos árbitros que compõem o Tribunal .....	486
3.5.	O dever de revelação e a traição da confiança ...	487
IV.	A omissão no caso concreto viola regras objetivas de imparcialidade.....	492
<b>SEGUNDA PARTE</b>		
V.	O cerceamento de defesa no indeferimento de prova indispensável .....	496

5.1.	Premissa: as provas são resultado do contraditório e devem ser indeferidas apenas em caráter excepcional .....	497
5.2.	O cerceamento de defesa decorrente do indeferimento de provas .....	499
5.3.	A necessidade de motivação específica no indeferimento de provas.....	501
VI.	Respostas aos quesitos .....	504
6.1.	Quesitos da primeira parte.....	504
6.2.	Quesitos da segunda parte.....	507
17.	Contratos coligados e abrangência da convenção arbitral estabelecida no pacto principal .....	509
I.	Nota Introdutória.....	510
II.	Síntese da consulta .....	510
2.1.	Os contratos entre as partes .....	510
2.2.	A infundada recusa de contratação dos ACC adicionais e as medidas judiciais do caso.....	512
2.3.	O procedimento arbitral.....	513
III.	Contratos coligados e a eficácia objetiva da cláusula arbitral .....	514
3.1.	A unidade econômica nos contratos coligados ...	514
3.2.	A cláusula de arbitragem prevista do convênio (contrato principal).....	516
3.3.	A vontade das partes de submissão dos conflitos à arbitragem – a extensão da cláusula arbitral .....	517
3.4.	A interpretação “favor arbitrandum” das cláusulas contratuais do caso.....	519
3.5.	A convivência entre cláusula arbitral e cláusula de eleição de foro – escopos diversos.....	521

IV.	A obrigatoriedade das recontrações sucessivas.....	524
4.1.	As manifestações de vontade das partes e o esvaziamento do contrato pela não renovação dos ACC .....	524
4.2.	A existência, na proposta, de elementos essenciais a respeito do objeto do contrato .....	529
4.3.	Para concluir: o prazo do empréstimo (Convênio) é de três, e não de um ano .....	532
4.4.	As primeiras alegações arbitrais devem fazer suspender o curso da execução do ACC .....	534
V.	Respostas aos quesitos .....	537

## CAPÍTULO 5

### ESTUDOS DOUTRINÁRIOS

18.	Ministério Público e legitimidade para a tutela coletiva de direitos previdenciários .....	545
I.	Introdução .....	546
II.	Algumas premissas sobre a o interesse de agir e a legitimidade do Ministério Público para a tutela de direitos individuais homogêneos .....	546
III.	Necessidade de aferição concreta das atribuições do Ministério Público .....	552
IV.	Considerações finais.....	556
V.	Referências .....	557
19.	A Competência para Processar e Julgar Ação Civil de Improbidade Administrativa em Face de Atos Praticados em Detrimento de Sociedade de Economia Mista Federal.....	559
	Introdução .....	560
I.	Considerações iniciais sobre a competência da Justiça Federal.....	560

II.	Competência para ação de improbidade: premissas fundamentais .....	565
III.	As sociedades de economia mista (com participação da União) não se submetem à Justiça Federal .....	567
	Considerações finais .....	573
	Referências .....	573
20.	Apontamentos sobre a coisa julgada “inconstitucional” e o CPC/2015 .....	575
I.	Fundamentos, definição e efeitos da coisa julgada ....	576
II.	A coisa julgada e a possibilidade de sua revisão .....	581
III.	A coisa julgada “inconstitucional” e a “relativização da coisa julgada” no CPC/2015.....	585
IV.	Conclusões .....	594
V.	Referências .....	595
21.	Conexão e continência no Processo Administrativo .....	597
	Nota introdutória .....	598
I.	A conexão de causas e a continência no Código de Processo Civil .....	598
II.	A conexão e a continência de causas no processo administrativo: suficiência da identidade parcial de elementos da causa e relevância do direito material para determinar a reunião de processos .....	603
III.	A conexão e a continência à luz das particularidades do processo administrativo sancionatório ou limitativo de direitos .....	609
IV.	Conclusões .....	614
V.	Referências .....	614



# OPINIÕES DOCTRINÁRIAS

PARECERES  
DIREITO PÚBLICO 2  
DIREITO PROCESSUAL CIVIL

ARRUDA ALVIM

VOLUME

**I**

TOMO II

- Fase de conhecimento
- Sentença e coisa julgada
- Recursos
- Ações impugnativas
- Liquidação e cumprimento de sentença
- Execução

THOMSON REUTERS

**REVISTA DOS  
TRIBUNAIS™**

*Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais*  
**JULIANA MAYUMI ONO**

*Gerente de Conteúdo*  
**MILISA CRISTINE ROMERA**

*Editorial:* Aline Marchesi da Silva, Diego Garcia Mendonça, Karolina de Albuquerque Araújo e Quenia Becker

*Gerente de Conteúdo Tax:* Vanessa Miranda de M. Pereira

*Direitos Autorais:* Viviane M. C. Carmezim

*Assistente de Conteúdo Editorial:* Juliana Menezes Drumond

*Analista de Projetos:* Camilla Dantara Ventura

*Estagiários:* Ana Amalia Strojnowski, Bárbara Baraldi e Bruna Mestriner

*Produção Editorial*  
*Coordenação*  
**ANDRÉIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHAES**

*Especialistas Editoriais:* Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

*Analista de Projetos:* Larissa Gonçalves de Moura

*Analistas de Operações Editoriais:* Alana Fagundes Valério, Caroline Vieira, Danielle Castro de Moraes, Mariana Plastino Andrade, Mayara Macioni Pinto, Patrícia Melhado Navarra e Vanessa Mafra

*Analistas de Qualidade Editorial:* Ana Paula Cavalcanti, Fernanda Lessa, Thais Pereira e Victória Menezes Pereira

*Designer Editorial:* Lucas Kfourri

*Estagiárias:* Bianca Satie Abduch, Maria Carolina Ferreira, Sofia Mattos e Tainá Luz Carvalho

*Capa:* Linotec

*Líder de Inovações de Conteúdo para Print*  
**CAMILLA FUREGATO DA SILVA**

*Equipe de Conteúdo Digital*  
*Coordenação*  
**MARCELLO ANTONIO MASTROROSA PEDRO**

*Analistas:* Gabriel George Martins, Jonatan Souza, Maria Cristina Lopes Araujo e Rodrigo Araujo

*Gerente de Operações e Produção Gráfica*  
**MAURICIO ALVES MONTE**

*Analistas de Produção Gráfica:* Aline Ferrarezi Regis e Jéssica Maria Ferreira Bueno

*Assistente de Produção Gráfica:* Ana Paula Evangelista

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

---

Arruda Alvim

Opiniões doutrinárias, volume I : Pareceres : direito público 2 : direito processual civil : tomo II/ Arruda Alvim. -- São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2021.

Bibliografia

ISBN 978-65-5614-836-6

1. Direito processual civil 2. Direito processual civil - Pareceres - Brasil 3. Direito público - Brasil 4. Direito público - Pareceres - Brasil 5. Pareceres jurídicos - Brasil I. Título.

21-55928

CDU-347.9(81)(094.98)

---

**Índice para catálogo sistemático:**

Direito processual civil : Pareceres : Brasil 347.9(81)(094.98)

Cibele Maria Dias - Bibliotecária - CRB-8/9427

# SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	7
SOBRE O AUTOR .....	9
ESTRUTURA DA COLEÇÃO .....	11

## CAPÍTULO 1: PARECERES PROCESSUAL CIVIL: FASE DE CONHECIMENTO

1. Modificação de competência absoluta e <i>perpetuatio iurisdictionis</i> .....	31
I. Nota Introdutória.....	32
II. Histórico .....	32
III. Análise do caso e dos questionamentos feitos pela Consulente: Da não incidência da <i>perpetuatio iurisdictionis</i> na hipótese de modificação legislativa de competência absoluta .....	37
IV. Conclusão.....	45
2. Litisconsórcio necessário unitário e <i>querela nullitatis</i> .....	47
I. Nota Introdutória.....	48
II. Breve síntese fática da consulta.....	48
III. Do parecer .....	57
3.1. O cabimento da ação declaratória de inexistência jurídica (ação querela nullitatis) em face da decisão proferida sem a integração da relação jurídica processual (ausência de citação de litisconsorte).....	57

3.2.	A existência de litisconsórcio necessário: a necessidade de citação de todos os membros da cadeia dominial .....	63
3.3.	As consequências do reconhecimento dos vícios para a ação de ressarcimento por enriquecimento sem causa .....	69
IV.	Resposta aos quesitos.....	70
V.	Conclusão.....	72
3.	Prova técnica unilateral, violação ao contraditório e outras questões .....	73
I.	Nota introdutória .....	74
II.	Síntese da consulta .....	74
III.	Das preliminares.....	79
3.1.	Do cerceamento de defesa pela ausência de realização de fase de instrução probatória .....	79
3.2.	Da necessidade de produção das provas testemunhais e dos depoimentos pessoais.....	86
3.3.	Da nulidade da sentença por falta de fundamentação: a legítima dimensão do dever de motivar e o art. 93, IX, CF/1988.....	89
3.4.	Adentrando no caso concreto: as múltiplas deficiências no comando decisório.....	94
3.5.	Da decisão citra petita: dos limites objetivos e subjetivos da demanda e da correlação do pedido e da sentença .....	95
IV.	Do Mérito .....	102
4.1.	Da estruturação do passivo “CHN” e seus reflexos .....	102
4.2.	Do passivo fiscal e seus reflexos .....	107
4.3.	Do passivo “CHN”: absoluto desconhecimento e impossibilidade de inserção no protocolo de cisão .....	108

4.4.	Da interpretação adequada ao art. 233 da Lei das S.A.: equívoco da decisão recorrida e o protocolo de cisão que manteve a responsabilidade interna....	111
V.	Conclusão.....	115
4.	Vedação de comportamento contraditório no processo ....	121
I.	Nota Introdutória.....	122
II.	Breve resumo dos autos .....	122
2.1.	A demanda proposta pelas consulentes e seu julgamento.....	122
2.2.	Aliquidação dos lucros cessantes e o laudo pericial .....	124
2.3.	As manifestações das partes quanto ao laudo pericial .....	124
2.4.	A incontrovérsia parcial e a antecipação dos efeitos da tutela .....	125
III.	Análise da presença dos requisitos necessários à antecipação dos efeitos da tutela.....	127
3.1.	A antecipação da tutela da parcela incontroversa da demanda .....	127
3.2.	A inequívoca manifestação de vontade da PALE de concordância com o laudo pericial.....	132
3.3.	A interpretação da manifestação da PALE conforme a boa-fé objetiva.....	134
3.4.	A impossibilidade da prática de atos processuais condicionais pelas partes .....	140
3.5.	A ausência de controvérsia quanto ao valor mínimo da indenização .....	141
3.6.	A necessidade de restabelecimento da antecipação dos efeitos da tutela .....	143
IV.	A irrelevância das objeções apresentadas pela PALE ao laudo pericial .....	144
V.	Conclusão e resposta aos quesitos .....	147

5.	Conexão, litisconsórcio, impossibilidade do pedido e outras questões em ações revocatórias.....	151
I.	Nota Introdutória.....	152
II.	Síntese da consulta .....	153
III.	Das necessárias questões preliminares .....	156
3.1.	Principais aspectos relativos à causa e à conexão existente entre as ações revocatórias.....	156
3.2.	A impossibilidade de anulação parcial de transação una, única e indivisível.....	158
3.3.	A inépcia da inicial pela necessidade da formação de litisconsórcio passivo necessário e unitário.....	162
3.4.	Da decadência para a integração dos litisconsortes no polo passivo da ação revocatória .....	165
IV.	Das questões de mérito.....	168
4.1.	Da invalidade dos termos de diligência lavrados.....	168
4.1.A.	Da irregularidade de representação e de poderes na assembleia do condomínio.....	173
4.2.	Da inexistência de fraude.....	175
4.3.	Da impossibilidade de formulação de pedido de reconhecimento de crédito por meio de ação revocatória.....	180
4.4.	Da força da coisa julgada.....	182
V.	Conclusão.....	190
6.	Titularidade dos honorários de sucumbência fixados na vigência da Lei nº 4.215/1963.....	193
I.	Nota Introdutória.....	194
II.	O objeto da consulta.....	194

III.	Introdutoriamente: a responsabilidade pelo custo do processo.....	195
IV.	A titularidade do direito aos honorários.....	196
4.1.	A Lei n. 4.215/1963.....	196
4.2.	O Código de Processo Civil de 1973 .....	197
4.3.	O novo Estatuto da OAB - Lei n. 8.906/1994.....	199
4.4.	O que significa o “direito autônomo” no art. 99, § 1º, da Lei 4.215/1963 e no art. 23 da Lei 8.906/1994 .....	200
V.	O momento em que nasce o direito aos honorários....	203
5.1.	Aplicação no tempo da lei sobre honorários....	203
VI.	Julgando a divergência: o entendimento jurisprudencial sobre o tema .....	207
6.1.	A nova votação da divergência e o posicionamento do STJ no caso .....	208
VII.	Conclusão e respostas aos quesitos .....	210
VIII.	Respostas aos quesitos .....	211
7.	Cerceamento de defesa, decisão-surpresa e simulação do negócio jurídico.....	215
I.	Nota introdutória.....	216
II.	Síntese da consulta.....	216
III.	Nulidade da sentença e julgamento antecipado da lide: o cerceamento de defesa e a decisão-surpresa....	219
IV.	Nulidade da sentença e julgamento antecipado da lide: inaplicabilidade da inversão do ônus da prova em relação comercial .....	236
V.	Nulidade da sentença e dos embargos de declaração por ausência de fundamentação em relação à condenação ao pagamento de multa .....	244
VI.	A simulação como causa de rescisão motivada da contratação: nulidade do negócio jurídico.....	248

- VII. Cláusula penal e impossibilidade de exigência de indenização suplementar: *bis in idem* em violação ao art. 416 do CC e os lucros cessantes (art. 402 do CC)... 258
- VIII. Conclusão e respostas aos quesitos formulados..... 265

CAPÍTULO 2: PARECERES  
PROCESSUAL CIVIL: SENTENÇA, COISA JULGADA,  
RECURSOS E AÇÕES IMPUGNATIVAS

8. Julgamento antecipado de mérito e cerceamento do direito à prova..... 271
- I. Nota Introdutória..... 272
- II. Síntese da consulta ..... 272
- III. Das necessárias questões preliminares ..... 275
- 3.1. Da conexão e das nulidades Processuais..... 275
- 3.2. Da carência de ação: da ilegitimidade ativa para a causa e da falta de interesse processual..... 281
- 3.3. Da necessidade de produção da prova pericial ... 284
- 3.4. Do cerceamento de defesa pela ausência de realização da prova pericial..... 288
- IV. Das questões de mérito ..... 294
- 4.1. Da legalidade da expropriação do bem ..... 294
- V. Conclusão..... 299
9. Pseudocolegialidade e interpretação de acórdão..... 303
- I. Nota Introdutória..... 304
- II. Síntese do trâmite processual do caso trazido à consulta..... 304
- 2.1. A r. Sentença de procedência do pedido anulatório e acórdão em sentido contrário ..... 305
- 2.2. Os primeiros e segundos embargos de declaração e o voto divergente do e. Des. Caetano Levi Lopes..... 306



2.3.	Os terceiros embargos de declaração e o voto divergente do e. Des. Afrânio Vilela.....	306
2.4.	Os quartos e quintos embargos de declaração e o comportamento contraditório da Fazenda Pública de Minas Gerais em seu recurso especial .....	308
2.5.	O estágio em que se encontram os autos.....	309
III.	A pseudocolegialidade e a identificação do comportamento da corte.....	310
3.1.	“Vontade colegiada” e vontade individual do relator - como interpretar os pronunciamentos do Tribunal.....	310
3.2.	A insuficiência da análise da ementa/súmula do acórdão para verificar seu real conteúdo ....	312
3.3.	A necessidade da análise individual dos votos na íntegra.....	314
3.4.	O resultado final e o posicionamento do e. TJMG após os cinco embargos de declaração opostos.....	315
IV.	Conclusão.....	318
4.1.	Reflexo imediato do trânsito em julgado: a liberação da carta de fiança.....	319
4.2.	Respostas aos quesitos .....	321
10.	Limites objetivos da coisa julgada e possibilidade de propositura de nova ação .....	331
I.	Nota Introdutória.....	332
II.	Síntese da consulta.....	332
III.	A identificação da coisa julgada e as três identidades ...	333
3.1.	A teoria das três identidades.....	334
3.2.	Partes .....	336

3.3.	Pedido.....	336
3.4.	Causa de Pedir.....	337
IV.	Os elementos da demanda nos procedimentos arbitrais do caso.....	339
4.1.	Os elementos da primeira demanda .....	339
4.1.1.	A decisão da primeira demanda .....	340
4.2.	A segunda demanda: .....	341
V.	Os equívocos da contestação na segunda demanda ...	343
5.1.	O que está imutabilizado – os limites objetivos da Coisa julgada na primeira demanda .....	343
5.2.	A eficácia preclusiva da coisa julgada não atinge a segunda demanda.....	345
5.3.	A suposta “prejudicialidade” da declaração de inexistência de dano indenizável .....	348
VI.	Conclusão e respostas aos quesitos formulados.....	349
11.	Limites objetivos da coisa julgada e possibilidade de propositura de nova ação (parecer complementar) .....	351
I.	Nota Introdutória.....	351
II.	Tema 1 – Arbitragem CAA Y/2011 .....	352
III.	Tema 2 – Arbitragem “ARB” .....	360
IV.	Tema 3 – Sentença condicional .....	367
12.	Coisa julgada e ação revocatória.....	373
I.	Nota introdutória .....	374
II.	Síntese da consulta .....	374
III.	Do cabimento do presente Recurso Especial.....	377
3.1.	Da não incidência das Súmulas 07 e 83 do STJ ....	378

3.2.	Do indevido deferimento da prova pericial e da necessidade de fixação dos pontos controvertidos.....	380
3.3.	Da inépcia da inicial pela necessidade da formação de litisconsórcio passivo necessário e unitário .....	382
IV.	Do mérito .....	387
4.1.	Dos limites objetivos e subjetivos da demanda...	387
4.2.	Da coisa julgada: alguns apontamentos necessários.....	393
4.3.	Da coisa julgada e da imutabilidade do comando decisório.....	402
V.	Da decadência e a violação ao art. 178 do Código Civil de 2002 .....	408
VI.	Conclusão.....	410
13.	Coisa julgada material e a superveniência de fatos novos relevantes durante a fase de cumprimento de sentença ....	415
I.	Nota introdutória.....	415
II.	O objeto da consulta e a síntese do processo .....	416
III.	Da causa de pedir e do pedido .....	420
IV.	A distinção entre eficácia da sentença e autoridade da coisa julgada.....	424
V.	A relevância da alteração dos fatos sobre a eficácia da decisão transitada em julgado.....	428
VI.	O prazo para oferecimento de impugnação .....	431
VII.	Conclusão .....	436
14.	O cabimento de Recurso Especial em decisão que analisa conflito entre Lei Federal (CC e CTN) e Lei Estadual (que dispõe sobre o IPVA).....	439
I.	Nota Introdutória.....	440

II.	Síntese do trâmite processual do caso trazido à consulta.....	440
III.	Introdutoriamente: a competência estadual para legislar sobre IPVA.....	441
IV.	A diferença (e impossível confusão) entre propriedade plena e fiduciária .....	443
V.	A extensão da expressão <i>propriedade</i> para fins de incidência de IPVA .....	447
VI.	Violação ao art. 155, III, da Constituição: criação indevida de fato gerador.....	450
VII.	Violação ao art. 110 do CTN: a indevida redefinição do instituto da <i>propriedade fiduciária</i> pela lei mineira.....	454
VIII.	A admissibilidade de recurso extraordinário e especial .....	457
	8.1. Inaplicabilidade da Súmula 280 do STF.....	458
	8.2. Cabimento de recurso especial por afronta à lei federal (art. 105, III, <i>a</i> , da CF/88) e de recurso extraordinário por afronta à Constituição (art. 102, III, <i>a</i> , da CF/88) .....	463
IX.	Respostas aos quesitos.....	465
15.	Embargos de divergência sobre tese mencionada nos julgados referidos no acórdão embargado.....	471
	I. Nota introdutória.....	472
	II. Breve síntese da consulta e de suas conclusões.....	472
	III. Dos fatos que deram origem à demanda.....	475
	IV. Do parecer.....	478
	4.1. Do princípio da Boa-Fé e o seu não enfrentamento na decisão embargada: A ausência de divergência sobre a questão jurídica apontada e a consequente inadmissibilidade do recurso.....	478

4.2. Da Inviabilidade de cisão do Julgamento dos Embargos de Divergência no Recurso Especial nº “r” .....	488
V. Respostas aos quesitos.....	493
VI. Conclusão.....	496
16. Ação anulatória da decisão que homologa desistência de Recurso (CPC/1973) <sup>N.A.1</sup> ; Litisconsórcio unitário e ineficácia da desistência .....	497
I. Nota Introdutória .....	498
II. Breve resumo dos autos .....	499
2.1. A real extensão do objeto da ação de anulação de negócios jurídicos.....	499
2.2. A sentença e o acórdão do TJMT no caso concreto .....	502
2.3. A indevida cassação do acórdão pelo e. STJ .....	503
2.4. A intervenção das Consulentes e a desistência recursal pela CRAVO.....	504
III. O ingresso das consulentes no processo e suas consequências jurídicas.....	505
3.1. A verdadeira posição processual das Consulentes.....	505
3.2. Os poderes processuais do assistente litisconsorcial e a necessidade de homogeneidade na decisão .....	509
3.3. A ineficácia de desistência recursal em relação aos litisconsortes unitários .....	511
IV. Possibilidade de anulação da homologação de desistência .....	513
4.1. A competência para processar e julgar a ação anulatória no caso.....	516
V. Conclusão: o rejuízo da apelação pelo TJMT ....	518

17. Cabimento de ação anulatória contra decisão homologatória da renúncia ao direito de ação.....	521
I. Nota Introdutória.....	522
II. A Consulta .....	522
III. O parecer .....	525
3.1. A Ação anulatória do art. 486 do CPC/1973 [art. 966, § 4º do CPC/2015] e seu cabimento...	525
3.2. O caso concreto: cabimento da ação anulatória para desconstituir o ato de renúncia parcial ao direito sobre o qual se funda a ação - entendimento da doutrina e dos tribunais.....	528
IV. Das respostas às indagações da consulente .....	539

CAPÍTULO 3: PARECERES  
PROCESSUAL CIVIL: LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA,  
CUMPRIMENTO DE SENTENÇA E EXECUÇÃO

18. Violação da coisa julgada na fase de liquidação.....	545
I. Nota Introdutória.....	546
II. Síntese da consulta.....	546
III. A coisa julgada: alguns apontamentos .....	559
IV. A coisa julgada e a imutabilidade do comando decisório .....	567
V. A violação da coisa julgada realizada pela decisão na liquidação da sentença.....	572
VI. Conclusão.....	580
19. Impossibilidade de limitação do litisconsórcio unitário na liquidação de sentença.....	583
I. Nota introdutória.....	584
II. Síntese do caso.....	584

2.1.	A fase de conhecimento e a r. sentença.....	584
2.2.	A tentativa de desistência durante a fase de conhecimento .....	586
2.3.	A equivocada liquidação de sentença em face apenas do Consulente. ....	588
III.	A liquidação de sentença no caso .....	588
3.1.	O objeto da liquidação da r. sentença .....	588
3.2.	A autonomia da fase de liquidação e o interesse em liquidar .....	589
3.3.	A natureza do litisconsórcio na dissolução de sociedade de fato .....	592
3.4.	A unitariedade que decorre da cotitularidade... ..	597
IV.	A necessidade de se disponibilizarem em cartório judicial os documentos originais.....	600
4.1.	As disposições do CPC/2015 para a liquidação a ser realizada.....	600
4.2.	Deveres de boa-fé e de cooperação também na fase de liquidação .....	602
4.3.	A formação do convencimento a partir dos documentos juntados .....	604
V.	Conclusões.....	608
20.	Ausência de impedimento do julgador que atuou em primeiro grau em ação de conhecimento para julgar, em grau de recurso, a ação de embargos à execução de título executivo judicial .....	611
I.	Nota introdutória.....	612
II.	O objeto da consulta e a síntese do processo .....	613
III.	A autonomia processual: conhecimento, execução e embargos à execução .....	616
IV.	O impedimento e sua correta interpretação no direito brasileiro .....	623

V.	O caso concreto: (in)existência de impedimento .....	630
VI.	O esgotamento da jurisdição do e. TRF – Atividade jurisdicional limitada ao exercício de competência delegada do c. STJ.....	644
VII.	Conclusão e respostas aos quesitos .....	652

## CAPÍTULO 4 ESTUDOS DOUTRINÁRIOS

21.	Os negócios jurídicos processuais e os limites à autorregulação de conflitos no processo civil .....	659
1.	Introdução.....	660
2.	Limites relacionados às partes nos negócios jurídicos processuais.....	663
3.	Limites atinentes ao objeto dos negócios jurídicos processuais.....	668
4.	Conclusões.....	674
5.	Referências.....	675
22.	A fungibilidade entre tutela cautelar e antecipatória no CPC/2015.....	679
1.	A fungibilidade como característica histórica inerente às tutelas provisórias e a estruturação favorável do CPC/2015.....	680
2.	Breves apontamentos sobre a distinção conceitual entre as tutelas provisórias de urgência.....	682
3.	Fungibilidade entre as tutelas de urgência: pressupostos, fundamentos e especificidades no CPC/2015.....	685
4.	Dos ajustes procedimentais a serem feitos e da necessidade de transparência e contraditório na aplicação da fungibilidade entre as medidas .....	691
5.	Referências.....	695



23. A usucapião extrajudicial e o Código de Processo Civil de 2015 .....	697
1. A grande significação do direito de propriedade no século XIX – A proteção profunda ao direito de propriedade no século XIX – Requisitos rígidos para usucapir – Mutações ocorridas a partir do limiar do século XX – Modificações fundamentais ocorridas com as Constituições Mexicana e Alemã, de Weimar .....	698
2. A função social da propriedade, sua significação fundamental e sua variada projeção no ordenamento infraconstitucional .....	699
3. Antecedente imediato à disciplina do CPC/2015 – A modificação da Lei nº 12.424, de 2011 .....	702
4. O CPC/2015 e a ampliação do espectro da Lei 11.977, de 7 de julho de 2009 .....	705
5. A usucapião extrajudicial referida no art. 1.071 da Lei 13.105, de 2015, Código de Processo Civil, que acresceu à Lei 6.015/1973 (Lei de Registros Públicos) o art. 216-A, no qual se disciplina o tema. Interpretação do dispositivo .....	706
6. Paralelo entre a usucapião extrajudicial e outras modalidades de atividades extrajudiciais, sob o ângulo da legitimidade constitucional – Existência de mecanismos semelhantes à execução hipotecária do Decreto-lei 70/66 nos Estados Unidos da América, na Inglaterra, na França e na Espanha.....	710
7. Referências.....	713
24. Anotações sobre as perplexidades e os caminhos do processo civil contemporâneo: sua evolução ao lado da do direito material .....	715
1. Os principais problemas do direito processual civil de nossos dias – A evolução do processo não ocorreu descompassadamente da do direito material .....	716
2. A gravidade do fenômeno na América Latina .....	723

3.	Elenco e sucessividade das modificações verificadas no direito processual civil - Perspectivas defluentes do nosso direito constitucional .....	734
4.	Um modelo de ações coletivas no direito brasileiro ...	739
5.	A vocação coletiva do processo contemporâneo - O contraste desse instrumental com a situação cultural brasileira, a indicar um rendimento lento e mesmo precário.....	741
6.	O plano do direito positivo, o Estado e a realidade nacional .....	742
7.	Referências.....	746

# **OPINIÕES DOCTRINÁRIAS**

**PARECERES  
DIREITO PRIVADO  
CIVIL E EMPRESARIAL**

**ARRUDA ALVIM**

**VOLUME II**

- Parte Geral
- Direito das obrigações
- Contratos

- Direitos reais
- Família e sucessões
- Responsabilidade Civil

**THOMSON REUTERS**

**REVISTA DOS  
TRIBUNAIS™**

*Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais*  
**JULIANA MAYUMI ONO**

*Gerente de Conteúdo*  
**MILISA CRISTINE ROMERA**

*Editorial:* Aline Marchesi daSilva, Diego Garcia Mendonça, Karolina de Albuquerque Araújo e Quenia Becker

*Gerente de Conteúdo Tax:* Vanessa Miranda de M. Pereira

*Direitos Autorais:* Viviane M. C. Carmezim

*Assistente de Conteúdo Editorial:* Juliana Menezes Drumond

*Analista de Projetos:* Camilla Dantara Ventura

*Estagiárias:* Ana Amalia Strojnowski, Bárbara Baraldi e Bruna Mestriner

*Produção Editorial*

*Coordenação*

**ANDRÉIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHAES**

*Especialistas Editoriais:* Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

*Analista de Projetos:* Larissa Gonçalves de Moura

*Analistas de Operações Editoriais:* Alana Fagundes Valério, Caroline Vieira, Danielle Castro de Morais, Mariana Plastino Andrade, Mayara Macioni Pinto, Patrícia Melhado Navarra e Vanessa Mafra

*Analistas de Qualidade Editorial:* Ana Paula Cavalcanti, Fernanda Lessa, Thais Pereira e Victória Menezes Pereira

*Designer Editorial:* Lucas Kfourri

*Estagiárias:* Bianca Satie Abduch, Maria Carolina Ferreira, Sofia Mattos e Tainá Luz Carvalho

*Capa:* Linotec

*Líder de Inovações de Conteúdo para Print*

**CAMILLA FUREGATO DA SILVA**

*Equipe de Conteúdo Digital*

*Coordenação*

**MARCELLO ANTONIO MASTROROSA PEDRO**

*Analistas:* Gabriel George Martins, Jonatan Souza, Maria Cristina Lopes Araujo e Rodrigo Araujo

*Gerente de Operações e Produção Gráfica*

**MAURICIO ALVES MONTE**

*Analistas de Produção Gráfica:* Aline Ferrarezi Regis e Jéssica Maria Ferreira Bueno

*Assistente de Produção Gráfica:* Ana Paula Evangelista

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

---

ALVIM, Arruda

Opiniões doutrinárias, volume II : Pareceres : direito privado : civil e empresarial / Arruda Alvim. -- São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2021.

Bibliografia.

ISBN 978-65-5614-833-5

1. Direito empresarial 2. Direito empresarial - Pareceres - Brasil 3. Direito privado 4. Direito privado - Pareceres - Brasil 5. Direito processual civil 6. Direito processual civil - Pareceres - Brasil I. Título.

21-56145

CDU-34:338.93:347(81)(094.98)

---

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Brasil : Pareceres : Direito privado : Direito civil e empresarial  
34:338.93:347(81)(094.98)

Cibele Maria Dias - Bibliotecária - CRB-8/9427

# SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	7
SOBRE O AUTOR.....	9
ESTRUTURA DA COLEÇÃO .....	11

## CAPÍTULO 1 PARTE GERAL

1. Relevância do conteúdo do pedido para efeito de definição do prazo prescricional .....	25
I. Nota introdutória.....	25
II. O objeto da consulta e a síntese do processo .....	26
III. Da admissibilidade do recurso especial interposto...	27
IV. Violação ao art. 206, § 3º, inciso V, do CC/2002.....	28
IV.a. Do objeto da pretensão deduzida em juízo.....	28
IV.b. Da prescrição no direito brasileiro .....	39
IV.c. Da ocorrência da prescrição .....	41
V. Violação ao art. 535, inciso II, do CPC/1973 [art. 1.022, II, do CPC/2015].....	44
VI. Violação ao art. 884 do Código Civil.....	46
VII. Conclusão .....	47
2. Inércia do exequente falecido e prescrição intercorrente para os sucessores .....	49
I. Nota introdutória .....	49
II. O objeto da consulta e a síntese do processo .....	50

III.	O instituto da prescrição .....	51
IV.	A prescrição e a suspensão do processo .....	56
V.	O arquivamento do processo por inércia do credor ...	59
VI.	A fluência do prazo prescricional contra os sucessores - análise do art. 196 do Código Civil de 2002.....	61
VII.	O prazo prescricional no caso concreto - questão de direito intertemporal .....	63
VIII.	Conclusão.....	65
3.	Prescrição e ilegitimidade <i>ad causam</i> .....	69
I.	Nota introdutória.....	69
II.	Da síntese do processo e das conclusões anteriormente verbalizadas.....	70
III.	Da prescrição e da interrupção de seu curso .....	74
IV.	Conclusão e resposta ao quesito.....	83
4.	Cobrança do resseguro pela resseguradora contra a seguradora: Prazo prescricional e <i>Supressio</i> .....	85
I.	A consulta.....	85
II.	O parecer .....	93
2.1.	A prescrição relativa à cobrança de prêmio de resseguro e o termo inicial para sua deflagração.....	94
2.2.	A “supressio”, seu tratamento no direito brasileiro e a possibilidade de sua invocação no caso concreto .....	99
2.3.	A apuração do valor da cessão de prêmio de resseguro: “Prêmio A” e “Prêmio B” - interpretação contratual, bem como da postura das partes .....	103
III.	Conclusões e respostas às indagações formuladas....	107

5. Negócio jurídico simulado e violação ao direito de preferência do locatário .....	111
I. A consulta.....	112
II. Nota introdutória.....	112
III. Das atividades desenvolvidas pela consulente e pela “W” .....	113
IV. A simulada cessão de direitos e sua nulidade. Necessário consentimento do cedido. Violação ao direito de preferência .....	116
V. O respeito devido a uma situação contratual .....	130
VI. Conclusão e respostas aos quesitos formulados.....	141

## CAPÍTULO 2

### DIREITO DAS OBRIGAÇÕES

6. Sub-rogação da seguradora em contrato em que há cláusula compromissória de arbitragem.....	147
I. Nota Introdutória.....	148
II. Do contrato de seguro firmado entre a “EMPRESA CONSULENTE” DO BRASIL S.A. e a “SECURE” S.A .....	152
III. Da ação judicial proposta pela “SECURE” S.A. ....	153
IV. Do pedido de instauração de arbitragem formulado pela “VAP” BRASIL LTDA. e pela “VAP” INC. contra a “SECURE” S.A. ....	154
V. Da sub-rogação legal decorrente do pagamento da indenização pelo segurador ao segurado .....	154
VI. Dos quesitos e suas respostas .....	161
7. Responsabilidade na prestação de serviço médico hospitalar.....	187
I. Nota Introdutória.....	187

II.	Breve resumo dos autos .....	188
2.1.	A cirurgia realizada pelo Consulente e as complicações dela decorrentes.....	188
2.2.	A demanda ajuizada e a contestação do réu ....	190
2.3.	A controvérsia quanto à origem do dano e a prova pericial.....	193
III.	Da demonstração da origem do dano.....	194
IV.	Da responsabilidade objetiva do hospital .....	200
V.	Dos danos a serem indenizados.....	203
5.1.	Os custos do tratamento.....	204
5.2.	Os lucros cessantes .....	205
5.3.	O dano estético.....	206
5.4.	Os danos morais.....	208
VI.	Considerações conclusivas.....	211
8.	Cessão de crédito e Legitimidade na Execução.....	213
I.	Nota Introdutória.....	213
II.	O objeto da consulta e a síntese do processo .....	215
III.	Da legitimidade ativa <i>ad causam</i> na ação de execução...	221
IV.	Da impossibilidade de desconsideração de vício processual tocante às condições da ação e impossibilidade de renovação das faculdades processuais.....	230
V.	Da subsistência da dúvida do colegiado em relação à legitimidade ativa <i>ad causam</i> e a impossibilidade de prosseguimento da execução .....	238
VI.	Dos efeitos do reconhecimento da cessão de crédito sobre o direito ao contraditório e à ampla defesa .....	241
VII.	Da matéria relativa ao registro da cessão.....	242
VIII.	Conclusão e respostas aos quesitos .....	243



## CAPÍTULO 3 CONTRATOS

9.	Quebra da confiança e da cooperação como fundamentos para a resolução contratual .....	249
I.	Nota Introdutória.....	249
II.	A consulta formulada e os quesitos apresentados pela Consulente .....	251
III.	O parecer .....	255
10.	“Joint Venture” e as consequências do inadimplemento de um contrato que compõe a operação comercial conjunta...	281
I.	Nota introdutória.....	281
II.	Breve resumo dos fatos .....	282
III.	Nossa opinião.....	285
IV.	Conclusões e respostas às indagações da consulente ...	293
11.	A boa-fé ( <i>supressio</i> ) nos Planos de Previdência Privada e a necessidade de observância do equilíbrio econômico-financeiro .....	295
I.	Nota Introdutória.....	296
II.	Breve síntese fática da consulta.....	296
III.	Do parecer .....	301
3.1.	Da nulidade da sentença - O erro material e o princípio da inalterabilidade da sentença .....	302
3.2.	Da inaplicabilidade do Código de Proteção e Defesa do Consumidor e da Observância do Dever de Informação .....	313
3.3.	Da boa-fé e da <i>supressio</i> .....	315
3.4.	Do equilíbrio econômico-financeiro .....	323
IV.	Resposta aos quesitos.....	334
V.	Conclusão.....	338

12. Resolução do contrato de venda e compra de imóvel em razão da não regularização fundiária.....	341
I. A consulta.....	341
II. Dos fatos.....	342
III. Da necessária prévia regularização fundiária dos imóveis comprometidos pela Companhia “C” .....	344
IV. Da não superação das condições precedentes: o inadimplemento contratual perpetrado pela Companhia “C” .....	349
V. A estrutura negocial adotada pelas partes para a hipótese de inadimplemento.....	354
VI. Conclusões .....	361
13. Caracterização do contrato de venda e compra de imóvel...	363
I. A consulta.....	363
II. Da promessa de compra, do instrumento particular de compromisso de compra, da outorga das escrituras de compra e de confissão de dívida firmados .....	366
III. Da ação judicial proposta .....	369
IV. Dos agravos de instrumento .....	372
V. Dos quesitos e suas respostas.....	373
14. Interpretação do contrato de compra e venda de energia elétrica.....	395
I. Nota introdutória.....	395
II. A consulta.....	396
III. O parecer.....	399
IV. Das respostas às indagações da consulente .....	411

#### CAPÍTULO 4 DIREITOS REAIS

15. Ação Possessória e limites da coisa julgada.....	415
I. Nota Introdutória.....	416

II.	Breve resumo dos autos .....	416
2.1.	O objeto das ações que dão origem ao cumprimento de sentença.....	416
2.2.	A sentença e os acórdãos do TJMT .....	420
2.3.	O objeto das ações que dão origem ao cumprimento de sentença.....	422
III.	A impossibilidade de cumprimento de sentença no caso em estudo.....	424
IV.	O aparente conflito existente entre os julgados do caso: necessidade de interpretação conjunta das coisas julgadas .....	428
4.1.	Partes, pedido e causa de pedir nas demandas em estudo .....	428
4.2.	O conteúdo imutável das decisões em estudo...	430
4.3.	A existência, ou não, de negócio jurídico simulado.....	431
4.4.	A ineficácia do comodato que, pretensamente, dá lastro ao cumprimento de sentença.....	435
4.5.	Especificamente, a questão da posse .....	436
V.	Conclusão: a necessária reintegração das consulentes na posse .....	437

## CAPÍTULO 5 FAMÍLIA E SUCESSÕES

16.	Cessão de Direitos Hereditários realizada por mandato após falecimento da outorgante .....	443
I.	Nota Introdutória.....	444
II.	Síntese da consulta .....	444
III.	Quesitos formulados pelo consulente.....	447
IV.	Da carência de ação: a ilegitimidade ativa e a falta de interesse processual do terceiro para a causa .....	448

V.	Da ausência de vícios nos mandatos outorgados e a validade dos efeitos produzidos .....	452
VI.	Indagações da consulente.....	460
VII.	Conclusão.....	462

## CAPÍTULO 6 RESPONSABILIDADE CIVIL

17.	Ausência de responsabilidade civil diante da justa causa para a interrupção de negociação acionária.....	469
I.	Nota Introdutória.....	470
II.	O contexto fático da demanda e deste parecer .....	470
2.1.	A negociação e alteração da situação fático-econômica do “Banco B” .....	471
2.2.	A infundada demanda proposta pelo “Banco B”... ..	476
2.3.	A defesa dos réus.....	479
2.4.	Os pontos controvertidos da demanda .....	481
III.	As premissas necessárias ao estudo do caso .....	483
IV.	A natureza jurídica do <i>memorandum of understanding</i> (memorando de entendimento) .....	483
V.	A fase pré-contratual de pontuação - tratativas preliminares não vinculantes .....	486
VI.	O contrato preliminar tem de ter todos os elementos do contrato definitivo.....	491
VII.	Conclusão: a justa causa no não prosseguimento das tratativas .....	494
7.1.	Em síntese - por que o MoU não é um contrato e não vincula as partes .....	494
7.2.	A possibilidade de encerramento das negociações no caso concreto.....	496

18. Lucros cessantes e danos hipotéticos: distinção e outras questões .....	501
I. Nota Introdutória .....	502
II. Breve histórico da consulta.....	503
2.1. A demanda e a decisão que transitou em julgado .....	503
2.2. A fase de liquidação e o equívoco nos critérios de arbitramento .....	505
III. Lucros cessantes e o que o credor “razoavelmente” deixou de lucrar .....	506
3.1. O que distingue os lucros cessantes dos danos hipotéticos.....	506
3.2. Os lucros cessantes dependem, sempre, de provas.....	510
IV. O momento da prova do lucro cessante .....	514
4.1. Os critérios de fixação do <i>quantum</i> são necessariamente anteriores à liquidação, dependem das provas produzidas na fase de conhecimento e devem constar do título exequendo (art. 475-G, do CPC/1973 [art. 509, § 4º, do CPC/2015]) .....	514
4.2. Os equívocos da prova pericial baseada em critérios criados apenas na fase de liquidação .....	517
4.3. Subsidiariamente: a possibilidade de liquidação por artigos e o ônus probatório da HIGEIA.....	521
4.4. A inaplicabilidade da “teoria da perda de uma chance” e a violação à coisa julgada.....	524
V. Conclusão: a suposição de um empreendimento lucrativo é hipotética, não ensejando condenação a título de lucros cessantes.....	529
VI. Respostas aos quesitos .....	532

**CAPÍTULO 7**  
**DIREITO EMPRESARIAL**

<b>19. Compensação de débitos e créditos na falência.....</b>	<b>541</b>
<b>I. Nota introdutória .....</b>	<b>541</b>
<b>II. Breve síntese fática da consulta.....</b>	<b>542</b>
<b>III. Do parecer.....</b>	<b>548</b>
<b>3.1. Da Viabilidade da Compensação nos Termos</b> <b>art. 46 do Decreto-Lei 7.661/45 .....</b>	<b>548</b>
<b>3.2. Da Presença dos Elementos para a Concessão</b> <b>de Tutela de Urgência no âmbito do Recurso</b> <b>Especial Interposto e Suas Consequências.....</b>	<b>560</b>
<b>IV. Resposta aos quesitos.....</b>	<b>562</b>
<b>V. Conclusão.....</b>	<b>568</b>

# OPINIÕES DOCTRINÁRIAS

NOVOS PROBLEMAS  
DE DIREITO PRIVADO

GUSTAVO TEPEDINO

VOLUME **III**

- Autonomia privada
- Responsabilidade
- Solidariedade

THOMSON REUTERS

**REVISTA DOS  
TRIBUNAIS™**

*Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais*

**JULIANA MAYUMI ONO**

*Gerente de Conteúdo*

**MILISA CRISTINE ROMERA**

*Editorial:* Aline Marchesi da Silva, Diego Garcia Mendonça, Karolina de Albuquerque Araújo e Quenia Becker

*Gerente de Conteúdo Tax:* Vanessa Miranda de M. Pereira

*Direitos Autorais:* Viviane M. C. Carmezim

*Assistente de Conteúdo Editorial:* Juliana Menezes Drumond

*Analista de Projetos:* Camilla Dantara Ventura

*Estagiárias:* Ana Amália Strojnowski, Bárbara Baraldi e Bruna Mestriner

*Produção Editorial*

*Coordenação*

**ANDRÉIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHAES**

*Especialistas Editoriais:* Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

*Analista de Projetos:* Larissa Gonçalves de Moura

*Analistas de Operações Editoriais:* Alana Fagundes Valério, Caroline Vieira, Danielle Castro de Moraes, Mariana Plastino Andrade, Mayara Macioni Pinto, Patrícia Melhado Navarra e Vanessa Mafra

*Analistas de Qualidade Editorial:* Ana Paula Cavalcanti, Fernanda Lessa, Thais Pereira e Victória Menezes Pereira

*Designer Editorial:* Lucas Kfourl

*Estagiárias:* Bianca Satie Abduch, Maria Carolina Ferreira, Sofia Mattos e Tainá Luz Carvalho

*Capa:* Linotec

*Líder de Inovações de Conteúdo para Print*

**CAMILA FUREGATO DA SILVA**

*Equipe de Conteúdo Digital*

*Coordenação*

**MARCELLO ANTONIO MASTRO ROSA PEDRO**

*Analistas:* Gabriel George Martins, Jonatan Souza, Maria Cristina Lopes Araujo e Rodrigo Araujo

*Gerente de Operações e Produção Gráfica*

**MAURICIO ALVES MONTE**

*Analistas de Produção Gráfica:* Aline Ferrarezi Regis e Jéssica Maria Ferreira Bueno

*Assistente de Produção Gráfica:* Ana Paula Evangelista

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

---

Tepedino, Gustavo

Opiniões doutrinárias, volume III : novos problemas de direito privado / Gustavo Tepedino. -- São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2021.

Bibliografia.

ISBN 978-65-5614-834-2

1. Direito privado 2. Direito privado - Pareceres - Brasil 3. Pareceres jurídicos - Brasil I. Título.

21-55931

CDU-34(81)(094.98)

---

**Índice para catálogo sistemático:**

1. Direito privado : Pareceres : Brasil 34(81)(094.98)

Cibele Maria Dias - Bibliotecária - CRB-8/9427



# SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO E AGRADECIMENTOS .....	7
SOBRE O AUTOR.....	9
ESTRUTURA DA COLEÇÃO .....	11

## TEORIA GERAL

1. A revogação de normas por incompatibilidade absoluta com o sistema: os princípios da coerência do legislador e da razoabilidade das prescrições normativas.....	29
1. Introdução.....	29
2. Revogação de normas por causa intrínseca ao seu conteúdo.....	30
3. Conclusão.....	38
2. Prescrição da pretensão de nulidade de contrato de arrendamento de áreas portuárias.....	39
1. Introdução.....	40
2. Prescrição quinquenal da pretensão de nulidade do Contrato de Arrendamento e dos Primeiro e Segundo Aditivos firmados entre X e Y. Inocorrência de novação do Contrato de Arrendamento por meio dos Primeiro e Segundo Aditivos .....	40
3. Validade e eficácia do Contrato de Arrendamento e dos Primeiro e Segundo Aditivos. Consecução da finalidade do Contrato de Concessão. Contrato de Arrendamento e Aditivos como contratos coligados ao Contrato de Concessão .....	52

4.	Preservação do equilíbrio econômico financeiro do Contrato de Concessão. Inexistência de lesão. Direito adquirido de X às áreas cedidas no Porto.....	60
5.	Conclusão.....	66
3.	Prescrição do fundo de direito, <i>suppressio</i> e boa-fé objetiva....	69
1.	Introdução.....	69
2.	Prescrição do fundo de direito: extinção da pretensão da Y de fazer <i>jus</i> à comissão de 12%.....	69
3.	Violação, pela sociedade Y, do princípio da boa-fé objetiva. A <i>suppressio</i> .....	77
4.	Conclusão.....	80
4.	Prescrição da pretensão creditória decorrente de contrato de mútuo.....	83
1.	Introdução.....	83
2.	Crédito ilíquido: formação da coisa julgada material. Escolha da via sabidamente inadequada. Má-fé do credor. Inexistência de causa interruptiva da prescrição. Prescrição da pretensão creditória.....	83
3.	Conclusão.....	94
5.	Termo inicial do prazo prescricional em ação de reparação civil contra a Fazenda Pública.....	97
1.	Introdução.....	97
2.	Fundamentação.....	97
3.	Conclusão.....	112
6.	Negócio simulado: Inexistência de litisconsórcio necessário do terceiro beneficiário na ação declaratória de nulidade.....	115
1.	Introdução.....	115
2.	Simulação relativa. Negócio simulado e negócio dissimulado.....	116
3.	Conclusão.....	135

7. A interrupção legal na distribuição da programação em tecnologia analógica e suas implicações sobre as relações contratuais em curso.....	137
1. Introdução.....	137
2. Produto K. Obrigação impossível. Exercício regular de direito: Lei 12.485/2011 e incidência da disciplina contratual .....	138
3. Consentimento informado do consumidor. Ausência de publicidade enganosa ou abusiva. Inexistência de vício do produto.....	150
4. Ausência dos pressupostos da responsabilidade civil. Não configuração de danos morais individuais ou coletivos.....	156
5. Conclusão.....	162

### OBRIGAÇÕES, CONTRATOS E RELAÇÕES SOCIETÁRIAS

8. Boa-fé objetiva e eficácia de contrato associativo sujeito a condições precedentes .....	169
1. Introdução.....	169
2. A relação de associação empresarial como ato jurídico complexo. Não verificação das condições precedentes à associação. Resolução do Termo de Compromisso...	170
3. Violação à boa-fé objetiva por Y.....	180
4. Conclusão.....	186
9. Repercussões do dever de exclusividade em negócios preparatórios e o princípio da boa-fé objetiva .....	187
1. Introdução.....	187
2. Qualificação da <i>Updated Offer Letter</i> . Inexistência de contrato preliminar: ausência de dever de assinar o QPA .....	187

3.	O alcance do dever de boa-fé e o direito de exclusividade. Responsabilidade pré-contratual. Impossibilidade de indenização pelo interesse positivo. Quebra do dever de confidencialidade por Y .....	200
4.	Conclusão.....	207
10.	O conceito de parte contratual em face dos princípios da obrigatoriedade dos pactos e da função social dos contratos .....	213
1.	Introdução.....	213
2.	As Partes do Contrato: X e Banco Y. Obrigação de pagamento da contraprestação pecuniária assumida pelo Banco Y: princípios da obrigatoriedade dos pactos e função social dos contratos. O Estado Z como terceiro em face do Contrato. Inexistência de litisconsórcio necessário entre Banco Y e Estado Z.....	214
3.	Inadimplemento da obrigação de pagamento. Mora <i>ex re</i> . Direito de X requerer a execução específica da obrigação de pagamento, acrescida dos consectários da mora, e as perdas e danos .....	224
4.	Conclusão.....	230
11.	A eficácia obrigacional do direito de preferência no Direito Brasileiro .....	233
1.	Introdução.....	233
2.	Interpretação das disposições do Acordo de Acionistas W. A <i>ratio</i> do direito de preferência. Inexistência de direito de preferência de Y na aquisição de W.....	234
3.	Inexistência de negócio indireto ilícito em fraude à lei ou simulação na venda de W por X. Inexistência de abuso no exercício da preferência. Validade do contrato de compra e venda entre X e Y e entre X e R .....	247
4.	Inexistência de cessão do direito de preferência por X: melhor interesse de W. Violação da boa-fé objetiva por S. Incidência de modalidade de quebra da boa-fé conhecida como <i>tu quoque</i> .....	262
5.	Conclusão.....	266

12. Cláusulas de exclusão de cobertura em contratos de seguro: critérios interpretativos .....	267
1. Introdução.....	267
2. Objeto do Contrato de Seguro de dano com exclusão de eventos relacionados à corrosão, à contaminação e ao atraso. Definição do risco segurado e critérios interpretativos.....	267
3. Aplicabilidade do princípio da boa-fé objetiva aos contratos de seguro. Art. 768, Código Civil. Agravamento do risco segurado por conduta imputável à Y. Exclusão da cobertura securitária. Mutualismo e função social dos contratos de seguro .....	281
4. Conclusão.....	289
13. Interpretação de contrato de arrendamento de imóveis rurais.....	291
1. Introdução.....	291
2. Objeto e preço contratuais. Obrigações do Arrendante e do Arrendatário. Direito de preferência.....	291
3. Hipóteses de extinção contratual. Responsabilidades das Partes. Penalidades cabíveis .....	305
4. Conclusão.....	314
14. Interpretação e alcance do art. 40 da Lei 4.591/64: as distintas relações jurídicas estabelecidas na incorporação imobiliária .....	317
1. Introdução.....	317
2. Análise da Escritura de Rescisão celebrada entre X e Y....	318
3. Interpretação do art. 40, §2º, Lei 4.591/64. Possibilidade de o ex-titular do direito de aquisição à unidade autônoma pleitear do dono do terreno apenas o valor da parcela de construção adicionado à unidade .....	332
4. Conclusão.....	339

15. Qualificação da cláusula de <i>take or pay</i> : possibilidade de cumulação com a cláusula penal compensatória .....	343
1. Introdução.....	343
2. Inexistência de coligação contratual entre o Contrato Integrado de Logística e os contratos de transporte de açúcar firmados entre as Usinas e Y. Possibilidade de X exigir a cláusula de <i>take or pay</i> na hipótese de não atendimento, por Y, do transporte do volume de açúcar entregue pelas usinas.....	344
3. A cláusula de <i>take or pay</i> , no direito brasileiro, não se qualifica como cláusula penal compensatória. Possibilidade de a X exigir o <i>take or pay</i> e os danos diretos causados a terceiros por força do inadimplemento da Y.....	350
4. Conclusão.....	354
16. Finalidade das cláusulas de <i>take or pay</i> em contratos coligados de transporte e logística e as consequências de seu descumprimento .....	355
1. Introdução.....	355
2. Racionalidade econômica do Contrato Integrado de Logística de Transporte e Elevação. Função ou causa contratual. Hipóteses de incidência da cláusula de <i>take or pay</i> . Rescisão contratual e ressarcimento por danos diretos.....	356
3. Inadimplemento contratual por parte de Y: incidência da cláusula de <i>take or pay</i> . Dever de reparar os prejuízos decorrentes do inadimplemento de Y e extinção do negócio. O princípio da boa-fé objetiva e a violação do dever de interpretação contratual consoante o escopo comum.....	375
4. Conclusão.....	381
17. Limitações ao exercício do direito de opção de venda de ações diante da alocação contratual de riscos.....	383
1. Introdução.....	383

2.	Análise sistemática e finalística das disposições do Contrato. A <i>ratio</i> da limitação temporal ao exercício do direito de opção de Y. Obrigação alternativa: concentração da obrigação na prestação em dinheiro. Comutatividade contratual e entrega de ações de X como parte do preço pactuado. Decadência do direito de opção .....	384
3.	Determinação do valor das ações de T com base no exercício social das coleções dos anos imediatamente anteriores à sua aquisição. Racionalidade econômica do cálculo do preço. Subversão da alocação de riscos pactuada e violação à boa-fé objetiva.....	396
4.	Conclusão.....	400
18.	Repercussões do inadimplemento do locatário pela alteração unilateral da destinação de imóvel alugado.....	405
1.	Introdução.....	405
2.	Modos de exploração dos Imóveis autorizados pelo Locador: Loja, Galeria e Área de usos subsidiários. Remuneração segundo a destinação e as metragens das áreas que integram os Imóveis. Preservação do princípio do equilíbrio econômico dos pactos .....	406
3.	Exploração não autorizada dos Imóveis: ampliação de áreas de Galeria. Imperiosa contraprestação pelo uso e alteração não autorizados. Inadimplemento absoluto. Regime das benfeitorias .....	413
4.	Princípio da boa-fé objetiva: inaplicabilidade do <i>venire contra factum proprium</i> e da <i>suppressio</i> .....	423
5.	Conclusão.....	427
19.	Responsabilidade do cedente pela existência de créditos litigiosos de IPI .....	429
1.	Introdução.....	429
2.	Alocação legal e contratual do risco de inexistência do crédito à Cedente. Motivo determinante. Contrato comutativo .....	429

3. Inadimplemento da Y: resolução dos Contratos de Cessão cumulada com perdas e danos. Violação ao princípio da boa-fé objetiva.....	440
4. Conclusão.....	445
20. Inadmissibilidade de cessão de créditos decorrentes de <i>astreintes</i> .....	447
1. Introdução.....	447
2. Os característicos da cessão de crédito. Impossibilidade de cessão de crédito em razão da natureza da obrigação. <i>Acessorium sequitur principale</i> .....	447
3. Qualificação das <i>astreintes</i> . Crédito vinculado às condições subjetivas do credor e devedor, de natureza acessória. Nulidade da cessão .....	456
4. Conclusão.....	463
21. Práticas de corrupção e inadimplemento contratual por violação às regras de <i>compliance</i> : imprescindibilidade de demonstração de nexo de causalidade .....	467
1. Introdução.....	467
2. Inexistência de violação à Cláusula 23.3 do Contrato. Ausência de relação causal entre o objeto contratual e os fatos alegados para a sua ruptura. Abuso de direito e violação da boa-fé objetiva. <i>Tu quoque</i> .....	468
3. Não configuração de Evento de Inadimplemento. Impossibilidade de rescisão unilateral. Retenção indevida do crédito. Impossibilidade de compensação convencional ou legal. Enriquecimento ilícito de K .....	473
4. Conclusão.....	480

## RESPONSABILIDADE CIVIL

22. A cumulação da cláusula penal moratória com a reparação de perdas e danos.....	485
--	-----



---

1. Introdução.....	485
2. Interpretação sistemática das disposições contratuais. Previsão de cláusulas penais moratórias. Cumulação da multa moratória, das perdas e danos decorrentes da mora, dos juros moratórios e da correção monetária ....	486
3. A retenção dos pagamentos diante da mora de Y. Exceção de contrato não cumprido. Execução específica das obrigações de fazer e dever de mitigar os prejuízos (princípio da boa-fé objetiva) .....	494
4. Conclusão.....	498
23. Impossibilidade de cumulação da cláusula penal compensatória com as <i>astreintes</i> .....	501
1. Introdução.....	501
2. Qualificação da cláusula penal e seus efeitos. Interpretação funcional da cláusula penal compensatória. Irretratabilidade da extinção contratual e ausência de interferência das características materiais da prestação para a caracterização da perda do interesse útil do credor ....	502
3. Natureza jurídica das <i>astreintes</i> . Impossibilidade jurídica de cumulação das <i>astreintes</i> com a cláusula penal compensatória .....	509
4. Conclusão.....	514
24. O descabimento da indenização por dano moral na cobertura do seguro obrigatório DPVAT.....	515
1. Introdução.....	515
2. Distinção entre a lógica contratual do seguro DPVAT e aquela dos seguros privados. Diferentes regimes jurídicos. Impossibilidade de inclusão dos danos morais no seguro DPVAT .....	515
3. Conclusão.....	532
25. Cobrança indevida de serviços de telefonia .....	535
1. Introdução.....	535

2. Relação jurídica de direito privado: natureza obrigacional da matéria relativa à cobrança indevida de serviços de telefonia. Prazo prescricional trienal para o exercício da pretensão de restituição do indébito ..... 536
3. Requisitos de incidência do art. 42, parágrafo único, do CDC. Imprescindibilidade de comprovação de inexistência de engano justificável do fornecedor para a repetição em dobro do indébito ..... 549
4. Inexistência de dano moral *in re ipsa* em razão da simples cobrança indevida ..... 554
5. Conclusão..... 558

#### PROPRIEDADE INDUSTRIAL, DIREITOS AUTORAIS E TITULARIDADE FIDUCIÁRIA

26. Propriedade industrial: proteção do direito adquirido à renovação periódica e da boa-fé na aquisição da titularidade..... 565
  1. Introdução..... 565
  2. As relações jurídicas que fundamentaram a exploração da marca Y no Brasil ..... 566
  3. Aquisição da propriedade da marca Y do Brasil, por X, por meio do registro. Direito adquirido de propriedade. Direito potestativo de renovação do registro ..... 567
  4. Inexistência de má-fé de Y do Brasil. *Venire contra factum proprium* de M: perda do direito de questionar a propriedade da marca de titularidade de X..... 577
  5. Conclusão..... 580
27. Utilização indevida de patente de titularidade de terceiro no âmbito da Parceria para Desenvolvimento Produtivo (PDP).... 583
  1. Introdução..... 583
  2. Parceria para Desenvolvimento Produtivo (PDP). Pressuposto de titularidade da patente pela entidade privada para participação em PDPs..... 583

3. Submissão de Proposta de Projeto de PDP: oferta à venda. Violação à patente de X.....	593
4. Conclusão.....	602
28. A legitimidade da cobrança de direitos autorais na transmissão de obras musicais via <i>streaming</i> : a internet como <i>locus</i> público de frequência coletiva.....	605
1. Introdução.....	606
2. A evolução dos bens jurídicos e as novas tecnologias. Identidade de função dos bens jurídicos: incidência da mesma disciplina jurídica. Transmissão e potencial retransmissão, via internet, das obras musicais, alcançando público indeterminado e superior às mídias tradicionais .....	606
3. Os direitos autorais como forma de proteção à personalidade do autor. Necessidade de proteção nas variadas formas de manifestação. Interpretação do art. 68, §§ 2º e 3º, Lei 9.610/98. Evolução dos conceitos de execução pública e local de frequência coletiva. Possibilidade de cobrança de direitos autorais sobre as obras musicais e fonogramas transmitidos via internet.....	615
4. Conclusão.....	628
29. Cobrança de direitos autorais no <i>streaming</i> : abrangência dos conceitos legais de execução pública e <i>locus</i> de frequência coletiva.....	631
1. Introdução.....	632
2. A evolução dos bens jurídicos e as novas tecnologias. Transmissão e potencial retransmissão, via internet, das obras musicais, literomusicais e fonogramas, alcançando público indeterminado e superior às mídias tradicionais.....	632
3. Os direitos autorais como forma de proteção à personalidade do autor. Necessidade de proteção nas variadas formas de manifestação. Interpretação do art. 68, §§ 2º e 3º, Lei 9.610/98. Evolução dos conceitos de execução	

	pública e local de frequência coletiva. Legitimidade das entidades de arrecadação para a cobrança de direitos autorais sobre as obras musicais, literomusicais e fonogramas transmitidos via internet .....	639
4.	Conclusão.....	659
30.	O Mecanismo de Ressarcimento de Prejuízos (MRP) em bolsa de valores: patrimônio fiduciário merecedor de tutela no ordenamento brasileiro.....	661
1.	Introdução.....	661
2.	Composição do patrimônio do MRP: histórico e balizas relevantes. Propriedade fiduciária. Patrimônio com destinação específica de garantia .....	662
3.	Propriedade fiduciária e finalidade de garantia de ambiente com mitigação de riscos: compatibilidade com o regime da propriedade privada. Impossibilidade de expropriação. Proteção, por parte dos órgãos reguladores, à boa-fé objetiva do proprietário .....	674
4.	Conclusão.....	682

## FAMÍLIA E SUCESSÕES

31.	Anulação de partilha homologada em ação de divórcio por vício do consentimento .....	687
1.	Introdução.....	687
2.	Configuração de erro e dolo na celebração da partilha. Prazo decadencial de quatro anos para o exercício do direito de anulação da partilha no divórcio consensual (art. 178, II, Código Civil). Inaplicabilidade do art. 2.027, Código Civil .....	688
3.	Princípio da conservação dos negócios jurídicos. Redução do ato à parte válida (art. 170, Código Civil). Ratificação do acordo restrita à parte válida. Inexistência de <i>venire contra factum proprium</i> .....	701
4.	Conclusão.....	707

32. A incompatibilidade de alimentos compensatórios no ordenamento jurídico brasileiro.....	709
1. Introdução.....	709
2. A tese francesa dos alimentos compensatórios e sua inaplicabilidade no direito brasileiro.....	709
3. Pretensão de alimentos compensatórios como modo de fraudar o regime da comunhão parcial de bens e o usufruto .....	719
4. Conclusão.....	723
33. O regime de bens na união estável do sexagenário e a validade de transações no direito de família.....	727
1. Introdução.....	728
2. Inexistência de sociedade de fato entre Y e Z: inaplicabilidade da Súmula 380 do STF. Inexistência do direito da Z à meação. Prescrição de eventual pretensão da Z de pleitear a partilha de bens .....	728
3. Validade da transação e da quitação contidas na Escritura Declaratória e Obrigação de Fazer celebrada entre Y e Z. Violação da boa-fé objetiva por Z. Legitimidade do regime de comunhão universal. Inconstitucionalidade do regime de separação por critério etário. Liberdade para a escolha de regime de bens em relação à união constituída anteriormente à idade sujeita ao regime legal. Reconhecimento de patrimônio construído com esforço comum mesmo nos regimes de separação legal (Súmula 377, STF) .....	737
4. Conclusão.....	750
34. Cláusulas de incomunicabilidade na doação e suas implicações no regime de comunhão parcial de bens: abrangência a frutos, rendimentos e bens sub-rogados .....	753
1. Introdução.....	754

2.	Regime legal e vontade declarada dos doadores. Função das cláusulas de incomunicabilidade e impenhorabilidade de preservar o patrimônio familiar. Renúncia ao usufruto com finalidade exclusiva de incorporação societária. Interpretação restritiva de atos renunciativos de direitos (art. 114, Código Civil).....	754
3.	Incomunicabilidade legal das ações da K, bem como dos seus frutos e rendimentos. Regime de comunhão parcial de bens. Interpretação sistemática dos arts. 1.658, 1.659 e 1.660, V, Código Civil.....	764
4.	Conclusão .....	773
35.	Planejamento sucessório: exame das <i>holdings</i> familiares e contratos coligados à luz da boa-fé objetiva e da <i>affectio societatis</i> .....	775
1.	Introdução.....	776
2.	Interpretação das disposições do Acordo de Redistribuição e dos contratos coligados. Finalidade de partilha do patrimônio comum e estabelecimento de regras de governança. Violação aos direitos políticos dos herdeiros de K. Inadimplemento: resolução do Acordo de Redistribuição e contratos coligados e extinção do condomínio.....	776
3.	Eficácia dos Acordos de Acionistas e dos Estatutos Sociais: imperiosa observância das regras de governança. Validade da exigência estatutária do consenso entre os sócios para as deliberações. Quebra da boa-fé objetiva pela Y. Incidência da figura parcelar do <i>Venire contra factum proprium</i> .....	795
4.	Dissolução das <i>holdings</i> familiares. Quebra da <i>affectio societatis</i> . Atribuição das ações in natura das sociedades operacionais aos sócios das <i>holdings</i> .....	802
5.	Conclusão.....	806
	ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO.....	811

# OPINIÕES DOCTRINÁRIAS

PARECERES  
PROCESSO CIVIL E  
PROCESSO COLETIVO

TERESA ARRUDA ALVIM

VOLUME **IV**

- Recursos
- Execução
- Ações coletivas

- Provas
- Nulidades

THOMSON REUTERS

**REVISTA DOS  
TRIBUNAIS™**

*Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais*

**JULIANA MATSUMI ONO**

*Gerente de Conteúdo*

**MILISA CRISTINE ROMERA**

*Editorial:* Aline Marchesi da Silva, Diego Garcia Mendonça, Karolina de Albuquerque Araújo e Quenia Becker

*Gerente de Conteúdo Tax:* Vanessa Miranda de M. Pereira

*Direitos Autorais:* Viviane M. C. Carmezim

*Assistente de Conteúdo Editorial:* Juliana Menezes Drumond

*Analista de Projetos:* Camilla Dantara Ventura

*Estagiárias:* Ana Amalia Strojnowski, Bárbara Baraldi e Bruna Mestriner

*Produção Editorial*

*Coordenação*

**ANDRÉIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHAES**

*Especialistas Editoriais:* Gabriele Laís Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

*Analista de Projetos:* Larissa Gonçalves de Moura

*Analistas de Operações Editoriais:* Alana Fagundes Valério, Caroline Vieira, Danielle Castro de Morais, Mariana Plastino Andrade, Mayara Macioni Pinto, Patrícia Melhado Navarra e Vanessa Mafra

*Analistas de Qualidade Editorial:* Ana Paula Cavalcanti, Fernanda Lessa, Thais Pereira e Victória Menezes Pereira

*Designer Editorial:* Lucas Kfoury

*Estagiárias:* Bianca Satie Abduch, Maria Carolina Ferreira, Sofia Mattos e Tainá Luz Carvalho

*Capa:* Linotec

*Líder de Inovações de Conteúdo para Print*

**CAMILLA FUREGATO DA SILVA**

*Equipe de Conteúdo Digital*

*Coordenação*

**MARCELLO ANTONIO MASTROROSA PEDRO**

*Analistas:* Gabriel George Martins, Jonatan Souza, Maria Cristina Lopes Araujo e Rodrigo Araujo

*Gerente de Operações e Produção Gráfica*

**MAURICIO ALVES MONTE**

*Analistas de Produção Gráfica:* Aline Ferrarezi Regis e Jéssica Maria Ferreira Bueno

*Assistente de Produção Gráfica:* Ana Paula Evangelista

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

---

Alvim, Teresa Arruda

● *Opiniões doutrinárias, volume IV : pareceres : processo civil e processo coletivo / Teresa Arruda Alvim. -- São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2021.*

Bibliografia.

ISBN 978-65-5614-830-4

1. Direito processual civil 2. Direito processual civil - Pareceres - Brasil  
3. Pareceres jurídicos - Brasil I. Título.

21-56147

CDU-347.9(81)(094.98)

---

**Índice para catálogo sistemático:**

1. Direito processual civil : Pareceres : Brasil 347.9(81)(094.98)

Cibele Maria Dias Bibliotecária - CRB-8/9427



## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	5
SOBRE A AUTORA .....	7
ESTRUTURA DA COLEÇÃO .....	9

### PROCESSO CIVIL

1. Prova pericial – Liberdade do juiz – “Indivisibilidade” do laudo; recursos – Limites da reforma do acórdão em embargos de declaração – Dois embargos de declaração da mesma decisão, um só precisa ser julgado?.....	29
I. Síntese da situação jurídica existente e consulta .....	29
II. Quesitos.....	32
III. Sobre a “contradição” apontada nos embargos de declaração opostos pela Y, e a opção feita pelo v. acórdão que julgou os primeiros embargos de declaração, pelo valor descrito no laudo pericial. Alcance dos embargos de declaração, à luz do direito positivo brasileiro.....	33
III.1. Duas categorias de problemas.....	33
III.2. Não há contradição quando a decisão opta por um dos caminhos possíveis – trata-se de uma escolha.....	34
III.3. O sentido do labor pericial e os fatos que servem de base ao seu trabalho. Distinções necessárias .....	36
III.4. Os embargos de declaração opostos pela Y, tal como julgados pelo TJBA, serviram ao <i>reajulgamento da lide</i> , à revisão integral da decisão em-	

	bargada, e não apenas à supressão de “contradição”. Ocorrência de <i>error in procedendo</i> .....	39
IV.	Da ausência de fundamentação nos vv. acórdãos proferidos pelo Tribunal de Justiça da Bahia a respeito da condenação da Consulente ao pagamento de lucros cessantes. Adesão dos referidos acórdãos à conclusão do laudo pericial, a despeito da ausência de fundamentação deste .....	41
V.	Da omissão dos vv. acórdãos que julgaram os embargos de declaração a respeito de argumentos de defesa expostos pela Consulente .....	44
VI.	Respostas às questões formuladas .....	46
2.	Fraude à execução - Recuperação judicial - Penhora de credor não habilitado - Embargos de terceiro - Redirecionamento da execução.....	49
1.	Síntese da consulta .....	49
2.	Questões .....	55
3.	Fundamentos jurídicos para análise das questões propostas .....	56
4.	Conclusões - Respostas às questões formuladas .....	72
3.	Execução - Circular 477 - Seguro-garantia na execução fiscal ou trabalhista .....	91
I.	Objeto da consulta e quesitos .....	91
II.	Primeiras observações doutrinárias relevantes .....	92
1.	O seguro-garantia .....	92
2.	O seguro-garantia judicial.....	94
3.	O seguro-garantia judicial e a penhora .....	96
4.	A ordem da penhora, o princípio da menor onerosidade ao devedor e o seguro-garantia judicial.....	98

5.	Distinções entre seguro-garantia judicial e fiança bancária.....	104
6.	Principais óbices, encontrados na jurisprudência, para aceitação do seguro-garantia judicial como caução processual .....	105
6.1.	Seguro com vigência inferior à duração do processo judicial .....	105
6.2.	Mora do tomador quanto ao pagamento do prêmio .....	106
6.3.	Seguro-garantia judicial como substituto da penhora sobre o dinheiro .....	107
6.4.	Da necessidade de concordância do exequente.....	111
6.5.	Do momento da apresentação do seguro-garantia judicial.....	111
7.	O seguro-garantia judicial e os débitos fiscais ...	113
7.1.	O seguro-garantia judicial como meio de suspensão da exigibilidade do crédito tributário .....	113
7.2.	O seguro-garantia judicial como substituto da penhora em dinheiro no executivo fiscal .....	116
8.	O seguro-garantia judicial e as execuções trabalhistas.....	121
III.	Resposta aos quesitos.....	122
IV.	Conclusão.....	124
4.	Conflito de competência do STF - Órgão competente - Anulação de todos os atos?.....	127
1.	Síntese da consulta .....	127
2.	Síntese das questões discutidas.....	128
3.	Questões .....	145

4.	Fundamentos jurídicos para análise das questões propostas.....	145
5.	Conclusões - Respostas às questões formuladas.....	165
5.	Nulidade da sentença - Apreciação de prova; Inépcia da inicial; Sócio ajuíza ação contra sócio - Idênticos poderes de administração - Locação e <i>animus domini</i> - Incompatibilidade - Não pagamento de aluguéis - Tolerância.....	171
1.	Síntese da consulta e breve histórico .....	171
2.	Quesitos.....	175
3.	Do evidente cerceamento de defesa e da nulidade da sentença.....	177
4.	Da inépcia da petição inicial.....	183
5.	Da ausência de interesse de agir .....	184
6.	Da má-fé no âmbito processual e da proibição do comportamento contraditório - " <i>venire contra factum proprium</i> ".....	187
7.	Da relação de confiança entre as partes .....	194
8.	Da ofensa ao dever de lealdade societário .....	197
9.	Dos requisitos da usucapião.....	203
10.	Da ausência de <i>animus domini</i> .....	206
	a) Da locação como <i>causa possessionis</i> .....	206
	b) Da prorrogação da locação .....	210
	c) Da posse direta decorrente da locação .....	214
11.	Da não transmutação da natureza da posse.....	217
12.	Respostas aos quesitos.....	227
6.	Astreintes - Multa Ominatória - Revisão de valor( <i>quantum</i> ) - Parcelas vencidas e vincendas .....	233
1.	Objeto da consulta.....	233

II.	Breve resumo do caso.....	233
III.	Quesitos.....	235
IV.	Fundamentos que embasam as respostas dos quesitos.....	236
V.	Resposta aos quesitos.....	244
7.	Pedido e causa de pedir - Alteração - <i>iura novit curia</i> - amplitude do dever de cognição do juiz - conduta da parte: pedidos contraditórios, <i>venire contra factum proprium</i> .....	247
I.	Objeto da consulta.....	247
II.	Quesitos.....	248
III.	Breve retrospecto.....	248
IV.	Considerações jurídicas sobre temas relevantes para a solução do caso concreto .....	255
	IV.1. Sobre o contraditório e apresentação de novos elementos no processo.....	255
	IV.2. Alteração da causa de pedir e alteração do pedido no curso do processo .....	259
	IV.3. Má-fé processual.....	269
V.	Respostas aos quesitos formulados.....	272
8.	Execução forçada de bem dado em alienação fiduciária/compra e venda: equiparação? .....	275
I.	A consulta.....	275
II.	Quesitos.....	276
III.	Breve retrospectiva para contextualização.....	277
IV.	Sobre a alienação fiduciária em garantia.....	281
V.	Do procedimento de excussão extrajudicial de ações... 291	
	(i) Das limitações derivadas da própria natureza da alienação fiduciária .....	291

(ii)	Das limitações decorrentes da boa-fé.....	294
(iii)	Das limitações impostas pela função ou destinação econômica e social .....	296
VI.	Do controle jurisdicional da higidez do procedimento de venda extrajudicial .....	301
VII.	Resposta aos quesitos.....	305
9.	Prazo decadencial - Duas coisas julgadas operadas em momentos distintos - Erro de fato .....	311
I.	A consulta.....	311
II.	Quesitos.....	311
III.	Breve retrospectiva para contextualização .....	312
IV.	Sobre o termo inicial para propositura da Ação Rescisória .....	316
A)	- O conflito de entendimentos entre os Tribunais Superiores. A orientação do STJ .....	316
B)	- Todo o recurso tem, em tese, aptidão para reverter o resultado do julgamento.....	322
C)	- A certidão de trânsito em julgado e a boa-fé ....	324
V.	Ainda sobre o termo inicial para propositura da Ação Rescisória .....	328
VI.	Da configuração do erro de fato .....	330
VII.	Resposta aos quesitos.....	333
10.	Recurso especial - Liminar - Perda do objeto - Superveniência de sentença; astreintes - Multa monitoria - Redução - Parcelas vencidas e vincendas; prazo para terceiro recorrer.....	337
I.	Objeto da consulta.....	337
II.	Breve retrospectiva .....	338
III.	Quesitos.....	355

IV.	Fundamentos que embasam as respostas dos quesitos .....	356
1.	Da <i>perda de objeto</i> ( <i>rectius</i> = perda de interesse) no julgamento de <i>REsp</i> sobre concessão, indeferimento, revogação ou alteração de liminar, <i>depois</i> de proferida a <i>sentença</i> .....	356
2.	Da impossibilidade da alteração, com efeito retroativo, do valor da multa fixada por descumprimento da liminar.....	365
3.	Sobre a preclusão <i>pro judicato</i> relativa à apreciação da adequação do valor da multa.....	373
4.	Sobre os <i>critérios</i> para se verificar a <i>adequação</i> do valor da multa .....	376
5.	Termo <i>a quo</i> da incidência das astreintes e necessidade de intimação pessoal da liminar que a fixa .....	386
6.	Denúnciação à lide em causas envolvendo relações de consumo .....	398
7.	Quais os limites da atividade de terceiro que ingressa no feito tardiamente? .....	399
8.	Sobre a juntada de documentos, pelos réus, após a prolação da sentença .....	404
9.	Sobre o efeito obstativo do prosseguimento da execução. Verificação do <i>fumus boni iuris</i> .....	407
V.	Resposta aos quesitos.....	413
1.1.	A oposição de Embargos de Declaração contra a sentença teria o condão de impedir o reconhecimento dessa perda de objeto? .....	414
11.	Agravo Interno – Legitimidade terceiro interessado .....	427
I.	Objeto da consulta.....	427
II.	Brevíssimo retrospecto da situação que deu origem à presente Consulta.....	427

III.	Da inadmissibilidade do agravo interno.....	429
	a) Ausência de legitimidade para recorrer .....	430
	a.1. O processo coletivo e as limitações para a intervenção de terceiros.....	430
	a.2. A contribuição das demais técnicas voltadas à obtenção de decisão para- digmática .....	436
	b) Ausência de interesse em recorrer: já há coisa julgada; a tutela que se pede é de cumprimen- to impossível em razão da indivisibilidade da transação; a jurisdição do STJ já se encerrou ...	438
IV.	Conclusão.....	443
12.	Prova Pericial – Valoração – Fundamentação Adequada....	445
	I. Síntese da situação jurídica existente .....	445
	II. Objeto da Consulta .....	455
	III. Opinião Legal.....	456
	IV. Conclusão.....	462
13.	Recurso extraordinário – Afetação – Suspensão generaliza- da – Todos os processos pendentes – Relevância do tema – não só na esfera cível (tributária), mas também na esfera penal e administrativa – Unidade do direito.....	463
	I. Síntese da situação jurídica existente e a Consulta....	463
	II. Quesitos.....	475
	III. Pontos cuja análise é necessária para responder à Consulta .....	476
	III.a. Precedentes vinculantes e a necessidade de suspensão de toda e qualquer demanda que compreenda o tema objeto de afetação no âm- bito do STF.....	476



III.b. Necessidade de Suspensão da Ação Penal .....	485
III.c. A questão da prescrição à luz dos casos que devem ser sobrestados.....	496
III.d. Sobre a impossibilidade de a ação penal servir como meio coercitivo-arrecadatório: necessidade de observância da Lei das Execuções Fiscais - LEF (Lei n. 6.830/80) e do CPC (incidente de desconsideração da personalidade jurídica) .....	499
IV. Respostas aos quesitos .....	503
14. Autoridade de precedentes - STF - Identidade de ações - Contextos fáticos diversos - Necessidade de se fazer a distinção e não de se fazer a adequação automaticamente ....	507
1. Síntese da consulta .....	507
2. Questões .....	510
3. Compreensão das peculiaridades do contexto decisório analisado pelo STJ no julgamento do REsp 1.677.414/SP.....	510
4. Fundamentos teóricos e dogmáticos para análise das questões propostas .....	519
5. Respostas às questões formuladas .....	527
15. Conexão - Racionalidade do julgamento conjunto - Pedido "genérico" e "preventivo" - Mesmas patentes .....	537
I. Situação jurídica existente e consulta .....	537
I.1. Primeira Ação .....	537
I.2. Segunda Ação .....	538
I.3. Outros fatos relevantes para o presente parecer...	540
II. Da vedação ao pedido abstrato e condicional .....	541
II.1. Considerações iniciais.....	541
II.2. Vedação expressa ao pedido abstrato e condicional .....	545

II.3.	Ausência de interesse de agir e inexistência de eventual sentença condicional .....	550
II.4.	Necessidade de interpretar-se o pedido de acordo com o conjunto da postulação e a boa-fé objetiva .....	554
III.	Da identificação da relação entre as demandas .....	558
III.1.	Considerações iniciais .....	558
III.2.	Causa de pedir da Primeira Ação .....	558
III.3.	Causa de pedir da Segunda Ação .....	559
IV.	Relação entre as demandas: reunião de ações para julgamento conjunto .....	561
IV.1.	Considerações preliminares: ausência de litispendência total ou parcial (continência).....	561
IV.2.	Conexão .....	563
IV.3.	Reunião de ações não conexas (conexão imprópria).....	564
V.	Resposta aos quesitos e conclusão.....	566
16.	Provas - Hierarquia legal é diferente de relevância natural de algumas espécies de prova, que prevalecem sobre outras - Prova em segundo grau de jurisdição - Dever de fundamentação - Alusão a todos os elementos constantes dos autos? - Hipótese de nulidade?.....	569
I.	Situação jurídica existente e consulta .....	569
II.	Resumo do essencial .....	569
III.	Quesitos .....	579
IV.	Liberdade do juiz no campo probatório .....	580
IV.1.	A percepção do juiz - O conjunto probatório - As provas individualmente consideradas .....	580
IV.2.	Ausência de hierarquia entre as provas - <i>Status</i> diferenciado de certos meios de prova .....	586

IV.3. Produção de prova quando o processo está no 2º grau de jurisdição .....	589
IV.4. Preclusão do direito à produção da prova .....	591
V. Boa-fé objetiva .....	597
V.1. A boa-fé e o caso dos autos .....	600
VI. Fundamentação das decisões - argumentos do sucumbente (= elementos trazidos aos autos).....	606
VI.1. Sobre a fundamentação da sentença no caso concreto .....	608
VII. Resposta aos quesitos e conclusão.....	612
17. Embargos de divergência - Tese inédita - Atinge terceiros? - Adstrição às partes e ao objeto do processo .....	617
I. Objeto da consulta.....	617
II. Resumo do Essencial.....	618
III. Premissas Necessárias.....	623
III.1. Embargos de divergência - É permitida a terceira via? .....	623
III.2. Limites do tribunal ao decidir recursos .....	628
III.3. <i>Obiter dicta</i> - não integram a essência da decisão, nem a parcela da decisão que pode ser tida como precedente .....	637
III.4. Modulação - Alcance possível .....	638
III.5. Art. 42 do CDC - Sanção Aflitiva.....	641
III.6. A devolução em dobro depende da demonstração da má-fé .....	647
IV. Resposta aos quesitos.....	651
V. Conclusão .....	652
18. Modulação de efeitos - Imprescindibilidade - proteção ao princípio da confiança legítima - Incompatibilidade	

de posicionamento dos tribunais superiores (STJ e STF) - Alteração de jurisprudência.....	653
I. Situação jurídica existente e a Consulta .....	653
II. Quesitos.....	669
III. Pontos cuja análise é necessária para responder à Consulta .....	670
III.1. Sobre o modo como se identificam as ações e as decisões judiciais (de mérito).....	670
III.2. Competências do STF e do STJ.....	673
III.2.1. No caso da Consulente, compete ao STJ dar a palavra final sobre as ques- tões relativas ao fato gerador e à base de cálculo do IPTU, à luz das disposi- ções do Código Tributário Nacional.....	676
III.3. A amplitude da imunidade tributária recíproca (art. 150, VI, “a”, da CF) é tema jurídico distinto daqueles relacionados ao fato gerador e à base de cálculo do IPTU (arts. 32 e 33, respectiva- mente, do CTN).....	683
III.4. Sobre a modulação .....	694
IV. Resposta aos quesitos.....	704
 19. Juros de mora - Matéria de ordem pública?; prova - Apreciação - Limites; efeito translativo dos recursos ex- cepcionais.....	 707
I. Objeto da consulta.....	707
II. Síntese do Essencial.....	708
III. Quesitos.....	714
IV. Da impossibilidade de reanálise ou reavaliação do conteúdo fático probatório em recursos de estrito di- reito.....	714
IV.1. Reanálise do quadro probatório.....	714

IV.2. Questão de fato/Questão de direito .....	720
V. Quanto ao pedido de aplicação da Taxa SELIC formulado perante o STJ .....	722
V.1. O efeito translativo e as questões de ordem pública.....	723
V.2. Das limitações ao efeito translativo nos recursos de estrito direito.....	728
a) Superação dos juízos de admissibilidade e cassação.....	728
b) Desnecessidade de análise de fato.....	730
c) Inexistência de decisão já <i>estável</i> sobre a questão de ordem pública - Capítulos da decisão e recorribilidade .....	731
d) Limitação do efeito translativo aos capítulos impugnados.....	733
e) Não pode ser <i>ex novo</i> .....	736
VI. Resposta aos quesitos.....	739
20. Modulação - Momento de eficácia da decisão enquanto precedente - Diferente do momento de eficácia da decisão para as próprias partes - Conceito de processo pendente para efeito de aplicação da nova tese, em caso de alteração de orientação anterior .....	743
I. Situação jurídica existente e a Consulta .....	743
II. Quesito.....	751
III. Considerações indispensáveis para a solução do caso .....	751
III.1. A “dupla eficácia” de um precedente vinculante e os diferentes momentos ligados à sua aplicação.....	751
III.2. O caso concreto.....	762
IV. Conclusão.....	768

## PROCESSO COLETIVO

1. Ações coletivas - Legitimidade das associações - Limites subjetivos da coisa julgada - Direitos individuais homogêneos - Legitimidade ativa para execução individual..... 773
  - I. Objeto da consulta..... 773
  - II. Brevíssima contextualização do atual cenário da jurisprudência e dos debates que em torno dela gravitam ..... 773
  - III. A estrutura normativa para tutela coletiva de direitos individuais por meio de entidades associativas..... 777
  - IV. A tentativa de ampliação da legitimidade das associações por meio da distinção entre *representação* e *substituição* na relação processual coletiva..... 782
  - V. Sobre a aparente distinção de tratamento entre “Ação Civil Pública” e “Ação Coletiva Ordinária” ..... 785
  - VI. Os recentes precedentes do STF e sua inequívoca aplicação às demandas coletivas versando sobre direitos individuais homogêneos ..... 789
  - VII. Conclusões..... 790
  
2. Ação Civil Pública - Matéria tributária; direitos disponíveis; inconstitucionalidade da lei que cria o tributo; “equivalência” a uma ADIN - Causa de pedir ..... 793
  - I. A consulta..... 793
  - II. Sobre a ACP e o contexto em que foi movida..... 794
  - III. Temas relevantes ..... 798
    - III.1. Ilegitimidade do MP para entrar com ACP envolvendo direitos individuais homogêneos e da impossibilidade de se usar a ACP para veicular pretensões de direito tributário ..... 798
    - III.2. A ação coletiva fazendo as vezes de ADIn..... 807

III.3. ADIn - Coisa julgada - Causa de pedir universal da Ação Declaratória de Inconstitucionalidade...	812
III.4. Recurso Especial e Ação Rescisória como meios idôneos a levantar os vícios que maculam a ACP 2.....	817
III.4.1. Recurso especial e matéria de ordem pública .....	817
III.4.2. Ação rescisória, por manifesta ofensa a norma jurídica (art. 966, V, do CPC).....	823
IV. Quesitos.....	832
V. Respostas aos quesitos .....	833
3. Coisa Julgada Coletiva - Limites - Art. 16 da Lei nº 7.347/85.....	841
I. Objeto da consulta.....	841
II. Quesitos .....	841
III. Breve retrospecto.....	842
IV. Premissa indispensável: a questão em discussão - limitação da eficácia subjetiva da coisa julgada em ação coletiva - é de índole constitucional e apresenta repercussão geral .....	845
V. A CF protege a coisa julgada e assegura o acesso à justiça, mas seus contornos são fixados pela lei ordinária .....	851
VI. Os mecanismos existentes em nossa ordem jurídica, voltados a minimizar eventual risco de desuniformidade de tratamento que poderia decorrer da existência de inúmeras demandas coletivas com o mesmo objeto.....	856
VII. O entendimento do STJ, no acórdão impugnado pelo Recurso Extraordinário, vulnera os critérios de competência e de territorialidade (corolários do princípio federativo) e o princípio do juiz natural .....	858
VIII. Resposta aos quesitos.....	860

# OPINIÕES DOCTRINÁRIAS

PARECERES

TERESA ARRUDA ALVIM

VOLUME

**V**

- Ação rescisória
- Prescrição

- Arbitragem
- Propriedade Intelectual

THOMSON REUTERS

**REVISTA DOS  
TRIBUNAIS™**



*Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais*  
**JULIANA MAYUMI ONO**

*Gerente de Conteúdo*  
**MILISA CRISTINE ROMERA**

*Editorial:* Aline Marchesi da Silva, Diego Garcia Mendonça, Karolina de Albuquerque Araújo e Quenia Becker

*Gerente de Conteúdo Tax:* Vanessa Miranda de M. Pereira

*Direitos Autorais:* Viviane M. C. Carmezim

*Assistente de Conteúdo Editorial:* Juliana Menezes Drumond

*Analista de Projetos:* Camilla Dantara Ventura

*Estagiárias:* Ana Amalia Strojnowski, Bárbara Baraldi e Bruna Mestriner

*Produção Editorial*  
*Coordenação*

**ANDRÉIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHAES**

*Especialistas Editoriais:* Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

*Analista de Projetos:* Larissa Gonçalves de Moura

*Analistas de Operações Editoriais:* Alana Fagundes Valério, Caroline Vieira, Danielle Castro de Moraes, Mariana Plastino Andrade, Mayara Macioni Pinto, Patrícia Melhado Navarra e Vanessa Mafra

*Analistas de Qualidade Editorial:* Ana Paula Cavalcanti, Fernanda Lessa, Thaís Pereira e Victória Menezes Pereira

*Designer Editorial:* Lucas Kfourri

*Estagiárias:* Bianca Satie Abduch, Maria Carolina Ferreira, Sofia Matos e Tainá Luz Carvalho

*Capa:* Linotec

*Líder de Inovações de Conteúdo para Print*  
**CAMILLA FUREGATO DA SILVA**

*Equipe de Conteúdo Digital*  
*Coordenação*

**MARCELLO ANTONIO MASTROBOSA PEDRO**

*Analistas:* Gabriel George Martins, Jonatan Souza, Maria Cristina Lopes Araujo e Rodrigo Araujo

*Gerente de Operações e Produção Gráfica*  
**MAURICIO ALVES MONTE**

*Analistas de Produção Gráfica:* Aline Ferrarezi Regis e Jéssica Maria Ferreira Bueno

*Assistente de Produção Gráfica:* Ana Paula Evangelista

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

---

Alvim, Teresa Arruda  
Opiniões doutrinárias, volume V : pareceres / Teresa Arruda Alvim. -- São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2021.

Bibliografia.  
ISBN 978-65-5614-831-1

1. Direito 2. Pareceres jurídicos - Brasil I. Título.

21-56149

CDU-34(81)(094.98)

---

**Índice para catálogo sistemático:**

1. Brasil : Pareceres : Direito 34(81)(094.98)

Cibele Maria Dias - Bibliotecária - CRB-8/9427

## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	5
SOBRE A AUTORA .....	7
ESTRUTURA DA COLEÇÃO .....	9

### AÇÃO RESCISÓRIA E *QUERELA NULLITATIS*

1. Documento novo - Declaração assinada - Julgamento indevidamente antecipado da lide no processo originário....	25
I. Objeto da consulta.....	25
II. Breve retrospectiva dos fatos que originaram a presente consulta .....	27
III. Quesitos .....	30
IV. Respostas aos quesitos formulados.....	31
V. Conclusão.....	43
2. Ilegitimidade - Caracterização de grupo econômico - Solidariedade - Carência de ação - Revelia .....	45
1. Síntese da consulta .....	45
2. Aspectos relevantes da tramitação do processo em que proferida a decisão de mérito que se pretende desconstituir .....	46
3. Questões .....	52
4. Fundamentos jurídicos para análise das questões propostas .....	53
a) A legitimidade de parte como requisito para a prolação de sentença de mérito.....	53
b) Requisitos para a caracterização de grupo econômico e efeitos sobre a legitimação passiva <i>ad causam</i> no processo civil.....	60

c)	A utilização da ação rescisória para impugnar sentença de mérito proferida contra parte ilegítima .....	65
d)	O ajuizamento de ação rescisória pelo réu revel.....	72
5.	Conclusões - Respostas às questões formuladas.....	74
3.	Legitimidade Ministério Público - <i>Custos legis</i> - Aditamento da inicial - <i>Querela nullitatis</i> - Fiscal da lei.....	79
1.	Síntese da consulta .....	79
2.	Aspectos relevantes da tramitação do processo em que proferida a decisão de mérito que se pretende desconstituir .....	81
3.	Questões .....	93
4.	Fundamentos jurídicos para análise das questões propostas .....	93
4.1.	A excepcionalidade da ação rescisória .....	93
4.2.	Hipóteses de atuação do Ministério Público e regime jurídico processual a que se sujeita quando atua como fiscal da lei .....	99
4.3.	Quanto à viabilidade de se realizar pedido de aditamento à petição inicial de ação rescisória, após o decurso do prazo decadencial para ajuizamento de tal medida .....	106
4.4.	Quanto à legitimidade do Ministério Público para o ajuizamento da ação rescisória.....	108
4.5.	Assistência litisconsorcial: cabimento e limitações.....	112
4.6.	A " <i>querela nullitatis</i> " no processo civil brasileiro .....	116
5.	Conclusões - Respostas às questões formuladas.....	120
4.	Princípio da congruência - Pedido/Sentença - Análise do conjunto probatório.....	127
I.	A consulta e breve retrospectiva.....	127

II.	Sobre as ofensas à lei que devem ensejar admissão e provimento do Recurso Especial .....	132
III.	Considerações necessárias para resposta aos quesitos .....	133
1.	Desrespeito aos limites do pedido - Nulidade absoluta - Rescindibilidade .....	133
2.	Falsidade ideológica - Não se trata de mera insatisfação com a prova produzida nos autos originários .....	142
3.	Princípio da substitutividade - Desrespeito à decisão do STJ .....	146
IV.	Resposta aos quesitos .....	149
5.	Súmula 343 - Fundamento constitucional inatacado .....	153
I.	Síntese da situação fática e jurídica existente e consulta .....	153
II.	Pontos cuja análise é necessária para responder à consulta .....	155
II.1.	A ação rescisória é meio excepcional de impugnação das decisões judiciais .....	155
II.2.	A posição da jurisprudência sobre o tema e a Súmula 343/STF .....	158
II.3.	O conceito de violação a literal dispositivo de Lei: ausência de interesse de agir .....	163
II.3.a.	A alegação genérica de violação ao art. 37, § 6.º, da CF/1988 .....	164
II.3.b.	Ausência de manifestação, no acórdão rescindendo, sobre o sentido dos arts. 1.º, 9.º, 10 e 11 da Lei 4.870/65 - Logo, ausência de violação a tais dispositivos .....	166
II.4.	A ação rescisória não se presta à reavaliação de provas e correção de “injustiças” .....	169
II.5.	Impossibilidade de reexame de provas em Recurso Especial .....	173
III.	Conclusão .....	174

6.	Pedido certo - Desnecessidade de liquidação - <i>Querela nullitatis</i> - <i>Actio nullitatis</i> - Matéria de defesa .....	179
1.	Síntese da consulta .....	179
2.	Quesitos .....	179
3.	Brevíssima reconstrução dos fatos, apenas na medida em que interessam à resposta à presente consulta.....	180
4.	Considerações necessárias como base à resposta dos quesitos.....	180
a)	Inexistência jurídica .....	180
b)	<i>Querela nullitatis (Actio nullitatis)</i> .....	190
c)	Sobre a possibilidade de que vícios que servem de fundamentação à ação declaratória de inexistência jurídica da sentença sejam alegados em defesa.....	192
d)	Âmbito de incidência do princípio da eventualidade .....	195
5.	Resposta aos quesitos.....	196
7.	Intimação - Ausência - Prescrição - Interrupção - Liquidação de sentença - Adstrição ao modo de liquidação determinado pelo juiz.....	199
I.	Objeto da consulta.....	199
II.	Breve retrospectiva .....	200
III.	Sobre a opção do procedimento de liquidação.....	203
IV.	Da ausência de contraditório .....	208
V.	Agravo e Embargos de Declaração - Âmbito. Matéria sobre a qual deve haver manifestação, necessariamente .....	211
VI.	Livre convencimento motivado - Fato complexo - Vício de fundamentação .....	214
VII.	Prescrição .....	219
VIII.	Respostas aos quesitos .....	226

8.	Erro de fato – <i>Iura novit curia</i> .....	229
I.	Objeto da consulta.....	229
II.	Quesitos.....	230
III.	Breve retrospecto da situação que deu origem ao presente Parecer .....	230
IV.	Premissas indispensáveis.....	237
a)	As etapas de julgamento da ação rescisória .....	237
b)	O caráter excepcional da ação rescisória. O que se deve entender por violação de literal disposição de lei ou violação manifesta de norma jurídica .....	240
c)	O erro de fato.....	243
V.	Resposta aos quesitos.....	247
VI.	Conclusão.....	264
9.	Objeto – Embargos à execução – Atingimento indireto do título judicial exequendo; Precedente vinculante – Eficácia retroativa – Rescindibilidade – Ofensa à coisa julgada .....	269
I.	Objeto da consulta.....	269
II.	Resumo do essencial .....	269
III.	Quesitos .....	278
IV.	Considerações preliminares para a resposta aos quesitos.....	279
a.	As teses fixadas no REsp .....	279
b.	O delineamento do alcance do comando do título judicial.....	286
b.1.	Os limites objetivos da coisa julgada (fixados na ação de conhecimento e corroborados no julgamento da 1ª ação rescisória) .....	286
b.2.	O efeito substitutivo.....	292
c.	A liquidez do título executivo judicial.....	298
d.	Advogado no polo passivo da ação rescisória ...	304
V.	Resposta aos quesitos.....	308

10. <i>Querela nullitatis</i> - Matéria alegável em defesa - Ausência de prazo - Segurança jurídica - União - Contraditório - Ampla defesa .....	321
I. Objeto da consulta .....	321
II. Resumo do essencial .....	322
III. Premissa necessária: a <i>querela nullitatis</i> é meio excepcionalíssimo de impugnação das decisões judiciais .....	328
IV. Situação sob análise .....	337
a) Citação válida e contraditório assegurado às partes .....	337
b) Possibilidade jurídica do pedido formulado pelo autor da ação originária .....	342
c) Não é cabível <i>querela nullitatis</i> para a produção de “prova nova”, que deveria ter sido produzida na ação originária .....	347
d) A sentença inexistente e segurança jurídica .....	349
V. Resposta aos quesitos.....	353
VI. Conclusão.....	354

## ARBITRAGEM

1. Fundamentação deficiente da sentença arbitral - Ação anulatória - Limites da convenção de arbitragem .....	359
I. Objeto da consulta .....	359
II. Breve retrospecto da situação que deu origem ao presente Parecer .....	361
III. Quesitos .....	368
IV. Resposta aos quesitos.....	368
V. Conclusão.....	390
2. Interrupção da prescrição no procedimento arbitral - Aplicabilidade do art. 205 do Código Civil? .....	393
1. Síntese da consulta .....	393

2.	Questões.....	394
3.	Fundamentos jurídicos para análise das questões propostas.....	395
	a) Regime jurídico da prescrição no Código Civil: brevíssima contextualização.....	395
	b) As causas interruptivas da prescrição .....	397
	c) Os prazos prescricionais estabelecidos no Código Civil para exercício das pretensões resultantes da mora ou do inadimplemento contratual.....	402
4.	Conclusões - Respostas às questões formuladas.....	409
3.	Conduta das partes - Sanabilidade de defeitos do processo.....	415
	I. Sobre a consulta.....	415
	II. Quesitos.....	415
	III. Breve relato da situação processual .....	416
	IV. Pontos cuja análise é necessária para responder à consulta .....	420
	IV.a. Sobre os limites da condescendência do legislador quanto aos vícios do processo .....	420
	IV.b. A cláusula compromissória de arbitragem - Execução judicial do título consistente em contrato - Oposição dos embargos à execução: jurisdição .....	424
	IV.c. Sobre a amplitude da sentença que decidiu os Embargos e a possibilidade de o Tribunal de Justiça decidir com base em fundamento não analisado pela Sentença.....	434
	V. Respostas aos quesitos .....	439
4.	Mudança do pedido - Conduta da parte - Contraditório - Produção de prova; Terceiros não signatários da convenção de arbitragem - Ação anulatória .....	443
	I. Consulta .....	443
	II. Relato do essencial .....	443



III.	Quesitos.....	450
IV.	Arbitragem e Processo.....	451
	IV.1. Comportamento contraditório - <i>Venire contra factum proprium</i> .....	453
	IV.2. Da abrangência do pedido tal qual originariamente formulado .....	456
	IV.3. Do fato novo apresentado pela Y.....	458
	IV.4. Da flexibilização da demanda no processo arbitral. Princípio da eficiência da arbitragem ....	459
	IV.5. Prova emprestada. Desvirtuamento de sua natureza .....	469
V.	Sentença proferida em conformidade com o termo de arbitragem. Não extrapolação em relação a terceiros.....	472
VI.	Resposta aos quesitos.....	477

## DIREITO CIVIL

1.	Prescrição - Causa interruptiva - Ação cautelar e ação de apuração de haveres .....	485
	I. Objeto da consulta.....	485
	II. Breve retrospecto da situação que deu origem ao presente parecer.....	485
	III. Quesitos.....	489
	IV. Respostas aos quesitos.....	489
2.	Anulação de deliberação assemblear; Necessidade, antes de se pedir indenização; Prejudicialidade - Prescrição - Interrupção via protesto .....	501
	I. Objeto da consulta.....	501
	II. Breve retrospectiva dos fatos que originaram a presente consulta .....	502
	III. Quesitos.....	505

IV.	Considerações iniciais.....	506
	Premissa indispensável: a existência de um microsistema das Sociedades Anônimas - Lei Federal nº 6.404/76.....	506
V.	Respostas.....	508
VI.	Conclusão.....	527
3.	Natureza da ação - Prescrição.....	529
I.	Síntese da situação jurídica existente e Consulta .....	529
II.	Quesitos.....	537
III.	Pontos cuja análise é necessária para se responder à Consulta .....	538
	III.1. Sobre os fundamentos jurídicos do direito à restituição do indébito tributário .....	538
	III.2. Sobre a <i>restituição</i> como forma de devolução do indébito e a <i>compensação</i> como modalidade de extinção do crédito tributário.....	541
	III.3. Os prazos para se pleitear a <i>restituição</i> de um indébito tributário: análise dos arts. 168 e 169, do Código Tributário Nacional .....	546
	III.4. Instrumentos para se requerer a devolução do indébito NA VIA ADMINISTRATIVA: meio eletrônico (PER/DCOMP) <i>versus</i> formulário físico .....	552
	III.5. A situação concreta das Consulentes.....	559
	III.5.1. No âmbito administrativo .....	559
	III.5.2. Âmbito judicial .....	566
	III.5.2.1. Sobre a sentença proferida nos autos da ação anulatória.....	570
	III.5.2.2. Sobre o acórdão proferido pelo TRF da 1ª Região quando do julgamento da apelação interposta pelas Consulentes .....	575
IV.	Resposta aos quesitos formulados pela Consulente ....	579

4.	Prescrição - Ação cautelar - Súmula 401 do STJ.....	587
I.	A consulta.....	587
II.	Quesitos.....	588
III.	Breve retrospectiva para contextualização.....	588
IV.	Considerações iniciais.....	592
V.	É trienal o prazo prescricional para o exercício da pretensão de reparação civil, seja de índole extracontratual, seja contratual.....	596
VI.	A interrupção da prescrição dá-se apenas uma vez. A ação cautelar como causa de interrupção .....	599
VII.	Jurisdição - Ausência de pressuposto processual de existência.....	608
VIII.	Do termo inicial para o recomeço da contagem do prazo prescricional, após cessada a interrupção .....	614
IX.	Resposta aos quesitos.....	618
X.	Conclusão.....	622

## PROPRIEDADE INTELECTUAL

1.	Marcas e patentes - Cessão de marca - Dolo - Prazo decadencial da ação anulatória - Consentimento - Requisito - Validade da cessão de marca - Necessidade do ajuizamento da ação anulatória para deconstituir a adjudicação da marca, ocorrida em processo de execução judicial - Aplicação do art. 1.268, CC - Terceiro de boa-fé.....	627
I.	Objeto da consulta.....	627
II.	Breve retrospecto.....	628
III.	Quesitos.....	631
IV.	Respostas aos quesitos .....	631
V.	Conclusão - Respostas aos quesitos formulados.....	658
2.	Marcas e patentes; Ação coletiva - Nulidade de patente - Cessação de cobrança ou devolução de valores - <i>Royalties</i> ; Litisconsórcio: diferentes réus e diferentes pedidos .....	661

I.	A consulta .....	661
II.	Quesitos .....	662
III.	Considerações necessárias para resposta aos quesitos .....	663
III.1.	Sobre a perfeita adequação da Ação Coletiva para veicular pedidos de natureza declaratória - Especialmente pedido de decretação de nulidade de patente cumulado, com devolução dos valores indevidamente pagos .....	663
III.2.	A vinculação dos <i>royalties</i> cobrados, à patente objeto da ação de nulidade .....	669
III.3.	A escolha da Justiça Federal do Estado do Mato Grosso .....	670
III.4.	Sobre a possibilidade de cumulação de ação de nulidade de patente e devolução/cessação de cobrança de <i>royalties</i> .....	673
III.5.	Sobre o litisconsórcio necessário unitário sucessivo passivo .....	675
III.6.	Sobre a possibilidade de concessão de liminar contra ato administrativo - especialmente atos do INPI .....	680
III.7.	Sobre a possibilidade de concessão de liminar em ação em que se discute direito de patente sem prova técnica .....	685
III.8.	Não houve prescrição da pretensão da autora, nem decadência do direito em que se funda a ação .....	690
IV.	Respostas aos quesitos .....	691
3.	Prescrição - Uso indevido de marca - Abstenção - Art. 205 do Código Civil - <i>Supressio</i> - Pretensão inibitória incoerente com a realidade .....	697
I.	Consulta .....	697
II.	Breve retrospectiva .....	698
III.	Considerações iniciais: prazo prescricional aplicável à espécie .....	700

IV.	Termo inicial e final do prazo prescricional aplicável à espécie .....	708
V.	A proibição de comportamento contraditório e a incidência da <i>supressio</i> .....	715
VI.	Conclusão.....	718
	Resposta aos quesitos .....	718